

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	21
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	24
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	27
2.5 Medições não contábeis	31
2.6 Eventos subsequentes as DFs	34
2.7 Destinação de resultados	37
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	41
2.10 Planos de negócios	42
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	44
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	45
5.2 Descrição dos controles internos	59
5.3 Programa de integridade	67
5.4 Alterações significativas	75
5.5 Outras informações relevantes	76

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

A discussão a seguir contém declarações sobre tendências que refletem nossas expectativas atuais, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos no item 4 e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (com comparativos de 2020) e suas respectivas notas explicativas. Nossas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Dessa forma, nossas informações, as avaliações, as opiniões e comentários ora apresentados traduzem a visão e percepção da administração da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (com comparativos de 2020). Este apanhado inclui, também, as explicações sobre as variações nas principais linhas dessas demonstrações financeiras de período para período; aprofundando os principais fatores que explicam tais alterações.

Adicionalmente, considerando a combinação de negócios entre a Companhia e a NotreDame Intermédica Participações S.A., conforme detalhada no item 1.12 deste Formulário de Referência, nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e suas notas explicativas também incluem os resultados das operações da NDI para o período de 11 meses de fevereiro a 31 de dezembro de 2022. Nesse sentido, e considerando que a referida combinação foi concluída em fevereiro de 2022, vale ressaltar que nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não incluem os resultados das operações da NDI.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 2 deste Formulário de Referência significam "*Análise Horizontal*" e "*Análise Vertical*", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

2.1 – Condições gerais: os diretores devem comentar sobre:

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento da Companhia foi de 2,45x (representado pela dívida líquida (a dívida líquida é a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, obrigações financeiras para fins de aquisição de outras sociedades, instrumentos de mercado de capital local e internacional e do saldo dos derivativos da Companhia, em bases consolidadas, menos as disponibilidades em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras que não estejam oneradas em garantia de qualquer endividamento; e as aplicações financeiras oneradas em garantia exclusivamente para qualquer endividamento) dividida pelo Ebitda (o Ebitda é o lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e pelos custos e despesas de depreciação e amortização) dos últimos 12 meses). Na mesma data, o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante e aplicações financeiras não circulante da Companhia totalizam R\$ 5.864,7 milhões, contemplando ativos garantidores (fundos de investimentos de renda fixa dedicados ao setor de saúde suplementar), os quais são geridos por instituições financeiras, cuja movimentação e desvinculação está sujeita à anuência prévia da ANS, no montante de R\$ 3.016,7 milhões, e o restante contemplado por recursos de livre movimentação. O montante de R\$ 5.864,7 milhões foi 25,37% inferior em 31 de dezembro de 2022 comparado a 31 de dezembro de 2021, em função do pagamento da parcela em dinheiro da transação de combinação de negócios com a NDI, bem como de dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos. Ainda, em 31 de dezembro de 2022, havia empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo (circulante e não circulante) da Companhia no montante de R\$ 11.717,7 milhões, um aumento de R\$ 6.121,8 milhões ou 109,40% comparado a 31 de dezembro de 2021, fruto da 3.ª emissão de debêntures da Companhia, conforme descrita no item 12.3 deste Formulário de Referência, da 1.ª emissão de um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) de uma subsidiária, a BCBF, e da consolidação da Companhia com as empresas adquiridas ao longo do referido exercício social.

Em 31 de dezembro de 2021, o índice de endividamento da Companhia foi de 0,8x (representado pela dívida líquida ((a dívida líquida é a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, obrigações financeiras para fins de aquisição de outras sociedades, instrumentos de mercado de capital local e internacional e do saldo dos derivativos da Companhia, em bases consolidadas, menos as disponibilidades em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras que não estejam oneradas em garantia de qualquer endividamento; e as aplicações financeiras oneradas em garantia exclusivamente para qualquer endividamento) dividida pelo Ebitda (o Ebitda é o lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e pelos custos e despesas de depreciação e amortização) dos últimos 12 meses). Na mesma data, o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante e não circulante da Companhia somavam R\$ 7.532,4 milhões, contemplando ativos garantidores (fundos de investimentos de renda fixa dedicados ao setor de saúde suplementar), os quais são geridos por instituições financeiras, cuja movimentação e desvinculação está sujeita à anuência prévia da ANS, no montante de R\$ 1.634,1 milhões, e o restante contemplado por recursos de livre movimentação. Ainda, em 31 de dezembro de 2021, havia empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante da Companhia no montante de R\$ 5.595,9 milhões, substancialmente fruto da 2.ª emissão de debêntures da Companhia, conforme descrita no item 12.3 deste Formulário de Referência, da 1.ª emissão de um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) de uma subsidiária, a Ultra Som, e da consolidação da Companhia com as empresas adquiridas ao longo do referido exercício social.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento da Companhia foi de -0,6x (representado pela dívida líquida (a dívida líquida é a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, obrigações financeiras para fins de aquisição de outras sociedades, instrumentos de mercado de capital local e internacional e do saldo dos derivativos da Companhia, em bases consolidadas, menos as disponibilidades em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras que não estejam oneradas em garantia de qualquer endividamento; e as aplicações financeiras oneradas em garantia exclusivamente para qualquer endividamento) dividida pelo Ebitda (o Ebitda é o lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e pelos custos e despesas de depreciação e amortização) dos últimos 12 meses). Na mesma data, as o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras circulante e não circulante) da Companhia somavam R\$ 3.702,6 milhões, contemplados ativos garantidores (Fundos de Investimentos de Renda Fixa dedicados ao setor de saúde suplementar), os quais são geridos por instituições financeiras, cuja movimentação e desvinculação está sujeita à anuência prévia da ANS, no montante de R\$ 993,7 milhões, e o restante contemplado por recursos de livre movimentação. Ainda, em 31 de dezembro de 2020, havia empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante da Companhia no montante de R\$ 2.077,3 milhões substancialmente fruto das debêntures.

A capacidade de geração de caixa da Companhia juntamente com emissões/rolagem e substituições de dívidas, tem permitido a realização de seus investimentos orgânicos mantendo níveis de liquidez equilibrados.

A administração da Companhia acredita que os seus resultados operacionais a credenciam para gerar recursos para o desenvolvimento do seu plano de negócio via crescimento orgânico e por aquisições, além de cumprir suas obrigações de curto prazo. A respeito, a tabela a seguir retrata as principais obrigações contratuais da Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:

Vencimento (em R\$ milhares)	2023	2024	2025 em diante	Total
Fornecedores	414.703	-	-	414.703
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (Eventos a liquidar)	783.299	-	-	783.299
Empréstimos, financiamentos debêntures e CRI	1.726.508	1.323.010	8.668.163	11.717.681
Arrendamentos a pagar	143.471	138.547	2.068.026	2.350.044
Outras contas a pagar	387.837	628.963	915.768	1.932.568
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	13.604	-	-	13.604

(b) Estrutura de capital

A administração acredita que a estrutura de capital medida pela relação entre os passivos e patrimônio líquido da Companhia apresentou, nos períodos indicados, uma estrutura de capital equilibrada, representada por 33,40% de capital de terceiros e 66,60% de capital próprio em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A administração acredita que essa relação é condizente com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021 ^(A)	2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	24.457.019	10.461.395	5.687.990
Capital próprio (patrimônio líquido)	48.756.711	10.572.994	7.830.987
Capital total (terceiros + próprio)	73.213.730	21.034.389	13.518.977
Parcela de capital de terceiros	33,40%	49,73%	42,07%
Parcela de capital próprio	66,60%	50,27%	57,93%

^(A) As cifras de 31 de dezembro de 2021 não refletem as reclassificações descritas na Nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, emitidas em 28 de fevereiro de 2023, as quais foram feitas pela administração da Companhia para melhor apresentação das cifras comparativas.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía em seu saldo contratos de Empréstimos, financiamentos e debêntures advindos das empresas adquiridas ao longo dos anos, e no decorrer do exercício de 2022 esse saldo aumentou de forma relevante com a dívida consolidada da NotreDame Intermédica – NDI), além de sua 1.ª emissão de debêntures realizada em 10 de julho de 2019, 2.ª emissão de debêntures realizada em 30 de outubro de 2021 e da 3.ª emissão de debêntures realizada em 10 de maio de 2022. Além, das emissões de duas emissões de CRIs feitos por suas subsidiárias (Ultra Som e BCBF). Os empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes somavam R\$ 11.717,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, comparado com os empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulantes, de R\$ 5.595,9 milhões em 31 de dezembro de 2021. Do montante referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, R\$ 1.726,5 milhões possui vencimento no exercício de 2023.

Considerando a geração de caixa juntamente com outras iniciativas de redução do custo da dívida e otimização do consumo de *capex*¹ a administração acredita que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir os seus compromissos financeiros.

O índice de liquidez corrente da Companhia era de 1,06, 1,04 e 1,65 em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente. O índice de liquidez corrente consiste no resultado da divisão do "Ativo circulante" pelo "Passivo circulante".

Adicionalmente, a Administração também acredita que a Companhia possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado para fortalecer e incrementar ainda mais seus planos de negócios e investimentos, assim como cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-

¹ Investimento de capital

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

circulantes utilizadas

Ao longo dos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram **(i)** o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais; **(ii)** a oferta pública subsequente de ações; e **(iii)** a utilização de financiamentos de terceiros, cujos recursos advieram da oferta pública com esforços restritos de colocação da 3.ª emissão de debêntures da Companhia (HAPV13) e das emissões de CRI, conforme descritas no item 2.1(f) abaixo.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não aplicável. Não possuímos deficiências de liquidez.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimo	Vencimento	Taxa de juros	Indexador	Saldo em 31/12/2022 R\$ mil
1.ª Emissão de debêntures (HAPV) – 1.ª série	Jul/24	109,00%	CDI	1.255.496
1.ª Emissão de debêntures (HAPV) – 2.ª série	Jul/26	110,55%	CDI	251.115
2.ª Emissão de debêntures (HAPV) – 1.ª série	Abr/27	1,45%	CDI+	1.275.524
2.ª Emissão de debêntures (HAPV) – 2.ª série	Abr/29	1,65%	CDI+	1.275.943
3.ª Emissão de debêntures (HAPV) – série única	Mai/29	1,60%	CDI+	2.030.924
3.ª Emissão de debêntures (NDIS) – série única	Ago/24	1,60%	CDI+	564.838
4.ª Emissão de debêntures (BCBF) – série única	Set/25	2,65%	CDI+	778.422
5.ª Emissão de debêntures (BCBF) – série única	Nov/25	2,65%	CDI+	713.603
6.ª Emissão de debêntures (BCBF) – série única	Out/27	1,45%	CDI+	1.233.991
1.ª Emissão dos CRI (US) ² - série única	Dez/31	113,32%	CDI	1.031.208
1.ª Emissão dos CRI (BCBF) - 1.ª série	Dez/27	0,75%	CDI+	530.659
1.ª Emissão dos CRI (BCBF) - 2.ª série	Dez/29	7,09%	IPCA+	354.205
1.ª Emissão dos CRI (BCBF) - 3.ª série	Dez/34	7,28%	IPCA+	93.319
Total				11.389.247

HAPV: Hapvida Participações e Investimentos S.A.

NDIS: Notre Dame Intermédica Participações S.A.

BCBF: BCBF Participações S.A.

US: Ultra Som Serviços Médicos S.A.

O detalhamento dos contratos financeiros relevantes da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, encontra-se destacado abaixo:

Debêntures

1.ª Emissão (HAPV)

- Em julho de 2019, a Companhia efetuou a 1.ª emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em 2 séries, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de

² Transação com instrumento de *hedge* contratado, visando *swap* da taxa IPCA + 5,7505%a.a. para a taxa de 113,32% do CDI.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ 2.000.000.000,00, composto por **(i)** 1.764.888 debêntures da 1.^a série, com vencimento em 10 de julho de 2024; e **(ii)** 235.112 debêntures da 2.^a série, com vencimento em 10 de julho de 2026.

As debêntures de 1.^a série serão amortizadas em três parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 22 de julho de 2019, em 10 de julho de 2022, e, as debêntures de 2.^a série serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer em 10 de julho de 2025. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 30 de abril de 2022.

2.^a Emissão (HAPV)

- Em de outubro de 2021, a Companhia efetuou a 2.^a emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em 2 séries, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 2.500.000.000,00, composto por **(i)** 1.250.000 debêntures da 1.^a série, com vencimento em 30 de abril de 2027; e **(ii)** 1.250.000 debêntures da 2.^a série, com vencimento em 30 de abril de 2029.

As debêntures da 1.^a série serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 08 de novembro de 2021, em 30 de abril de 2026, e, as debêntures de 2.^a série serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer em 30 de abril de 2028.

O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 30 de abril de 2022.

3.^a Emissão (HAPV)

- Em maio de 2022, a Companhia efetuou a 3.^a emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações, em série única, com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 2.000.000.000,00, composto por 2.000.000 debêntures, com vencimento em 10 de maio de 2029. As debêntures serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 13 de maio de 2022, em 10 de maio de 2029. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 10 de novembro de 2022.

3.^a Emissão (NDIS)

- Em agosto de 2019, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (NDIS), controlada da Companhia, captou o montante de R\$ 800.000.000,00 por meio de emissão de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000,00, com vencimento em 01 agosto de 2024. A remuneração será paga em 3 parcelas anuais, sendo o primeiro pagamento em 01 de agosto de 2022.

4.^a Emissão (BCBF)

- Em setembro de 2020, a BCBF Participações S.A. (BCBF), controlada da Companhia, captou o montante de R\$ 750.000.000,00 por meio de emissão de 750.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000, com vencimento em 22 de setembro de 2025, sendo o valor amortizado anualmente a partir do 3.^o ano. A remuneração é paga semestralmente, a partir de 22 de março de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2021 e a última em 22 de setembro de 2025.

5.ª Emissão (BCBF)

- Em novembro de 2020, a BCBF captou o montante de R\$ 700.000.000,00 por meio de emissão de 700.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 1.000,00 com vencimento em 04 de novembro de 2024, sendo o valor amortizado anualmente a partir do 3.º ano. A remuneração é paga semestralmente, a partir de 4 de maio de 2021.

6.ª Emissão (BCBF)

- Em outubro de 2021, a BCBF captou o montante de R\$ 1.200.000.000,00, por meio de emissão de 1.200.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal de R\$ 1.000,00 com vencimento em 7 de outubro de 2027, sendo o valor amortizado anualmente a partir do 4.º ano. A remuneração é paga semestralmente, a partir de 7 de abril de 2022.

Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI

1.ª Emissão Ultra Som Serviços Médicos S.A. (Ultra Som)

- Em dezembro de 2021, a Companhia participou da 1.ª emissão dos CRI (da sua subsidiária Ultra Som), com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o valor total de emissão de R\$ 1.001.700.000,00, composto por 1.001.700 debêntures de série única (lastro), com vencimento em 11 de dezembro de 2031. Sobre a captação de recursos a partir de uma operação de securitização (emissão dos CRI) incide juros de IPCA + 5,7505%.

As debêntures dos CRI serão amortizadas em duas parcelas anuais, sendo a primeira a vencer, conforme aditamento de 01 de dezembro de 2021, em 12 de dezembro de 2030. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 13 de junho de 2022.

Ainda, com o objetivo de proteger a exposição em inflação dessa operação, a Companhia contratou *swaps* atrelados a operação de CRI devidamente casados com mesmos prazos, taxas e valores.

1.ª Emissão BCBF Participações S.A. (BCBF)

- Em dezembro de 2022, a Companhia participou da 1.ª emissão dos CRI (da sua subsidiária BCBF), da 1.ª, 2.ª e 3.ª séries com valores unitários de R\$ 1.000,00, totalizando o valor total de R\$ 1.000.000.000,00, com vencimento em 15 de dezembro de 2027, 15 de dezembro de 2029 e 15 de dezembro de 2034, respectivamente. Sobre a captação de recursos a partir de uma operação de securitização (emissão dos CRI) incide juros de CDI + 0,75%, IPCA + 7,0913% e IPCA + 7,2792%, respectivamente. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento em 15 de junho de 2023.

Garantias

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas são garantidos apenas por fiadores do grupo econômico da Companhia, e alienação fiduciária de veículo via contratos na modalidade Finame.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de longo prazo que sejam consideradas relevantes individualmente.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Havendo um eventual concurso universal de credores, deve-se seguir os dispositivos legais, incluindo a Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, e a Lei n.º 6.024, de 13 de março de 1974, conforme alteradas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos de abertura de crédito de capital de giro possuem cláusulas contratuais restritivas próprias da natureza da operação, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. Tais cláusulas, dentre outras condições exigem que a Companhia e suas controladas não possuam inadimplência em suas obrigações; ações, demandas ou processos em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações.

As debêntures e as debêntures lastro do CRI emitidas pela Companhia, conforme descritas no item 2.1(f)(i) acima, possuem cláusulas e restrições contratuais relacionadas a vencimento antecipado, incluindo, porém não limitadas, àquelas que obrigam a Companhia a manter um "*índice financeiro*" de Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0, medido trimestralmente. O referido índice financeiro é composto pela dívida líquida dividida pelo lucro (prejuízo) líquido do período antes do resultado financeiro, imposto de renda e da contribuição social, depreciação e amortização, despesas não caixa de *stock option*, *impairment*, receitas ou despesas não recorrentes, ganhos (perdas) na venda de ativos. A dívida líquida é a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, obrigações financeiras para fins de aquisição de outras sociedades, instrumentos de mercado de capital local e internacional e do saldo dos derivativos da Companhia, em bases consolidadas, menos as disponibilidades em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras que não estejam oneradas em garantia de qualquer endividamento; e as aplicações financeiras oneradas em garantia exclusivamente para qualquer endividamento.

Adicionalmente aos *covenants* financeiros, as debêntures possuem cláusulas contratuais restritivas não financeiras que envolvem uma série de condições como adimplência, transferência de controle societário e outros, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Ainda, vale ressaltar que 100,00% do endividamento relevante da Companhia, representado pelos contratos relevantes divulgados no item 2.1(f)(i) acima possuem cláusula de vencimento antecipado e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

inadimplemento cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*), sendo que seus respectivos valores são apresentados no referido item, perfazendo um total de R\$ 11.389,0 milhões. Tais contratos também possuem cláusulas de vencimento antecipado em caso de eventual descumprimento de *covenants* ou outras obrigações e/ou declaração de vencimento antecipado de dívidas de outras empresas do seu grupo econômico da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas estão atendendo integralmente os índices financeiros e as cláusulas e restrições contratuais relacionadas a vencimento antecipado acordados em suas operações.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, uma vez que os contratos celebrados de empréstimos e financiamentos pela Companhia não possuem limites de utilização.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em				AH (%)
	31/12/2022	AV	31/12/2021 ^(A)	AV	31/12/2022 X 31/12/2021
Receita operacional líquida	23.748.803	100,00%	9.883.385	100,00%	140,29%
Custos dos serviços prestados	(18.093.707)	-76,19%	(6.817.459)	-68,98%	165,40%
Lucro bruto	5.655.096	23,81%	3.065.926	31,02%	84,45%
Despesas de vendas	(1.820.449)	-7,67%	(725.508)	-7,34%	150,92%
Despesas administrativas	(4.542.423)	-19,13%	(1.828.253)	-18,50%	148,46%
Outras receitas operacionais, líquidas	551.909	2,32%	31.104	0,31%	1674,34%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(155.867)	-0,66%	543.270	5,50%	-128,69%
Receitas financeiras	927.537	3,91%	307.611	3,11%	201,53%
Despesas financeiras	(2.219.479)	-9,35%	(358.005)	-3,62%	476,48%
Despesas financeiras, líquidas	(1.291.942)	-5,44%	(50.394)	-0,51%	2463,68%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	(1.447.809)	-6,10%	492.876	4,99%	-393,75%
Imposto de renda e contribuição social	671.970	2,83%	7.460	0,08%	8907,64%
Corrente	(22.581)	-0,10%	(323.308)	-3,27%	-93,02%
Diferido	694.551	2,92%	330.768	3,35%	109,98%
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(775.839)	-3,27%	500.336	5,06%	-255,06%

^(A) As cifras de 2021 não refletem as reclassificações descritas na Nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, emitidas em 28 de fevereiro de 2023, as quais foram feitas pela administração da Companhia para melhor apresentação das cifras comparativas.

Receita operacional líquida

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita operacional líquida, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 23.748,8 milhões comparativamente a R\$ 9.883,4 milhões no exercício social de 2021, o que representou um aumento de R\$ 13.865,4 milhões ou 140,29%. Este aumento é atribuído substancialmente aos fatores descritos:

- (i) R\$ 13.359,8 milhões de receita operacional líquida proveniente das operações da NDI, subsidiária consolidada pela Companhia desde 11 de fevereiro de 2022, conforme detalhada no item 1.12 deste Formulário de Referência;
- (ii) aumento na base da Companhia de 27 mil vidas em saúde e 254 mil vidas em odonto quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e
- (iii) crescimento do *ticket médio* de saúde do Hapvida em 3,8% no quarto trimestre do exercício social de 2022 em relação ao quarto trimestre do exercício social de 2021, em função de uma política de preços adequada aos novos produtos lançados nas diversas regiões onde a Companhia está presente, bem como no repasse de inflação, com o consequente reajuste dos preços.

Custos dos serviços prestados ("CSP")

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os CSP da Companhia totalizaram R\$ 18.093,7 milhões, comparativamente a R\$ 6.817,5 milhões no exercício social de 2021, o que representou um aumento de R\$ 11.276,2 milhões ou 165,40%, conforme tabela abaixo:

Custos dos serviços prestados (em R\$ mil)	Exercício social encerrado em	
	31/12/2022	31/12/2021
Custos médico-hospitalares e outros	14.466.112	5.475.520
Variação da PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)	48.057	(89)
Custo com material e medicamentos	2.265.291	726.127
Custo com localização e funcionamento*	810.680	350.021
Custo com serviços de terceiros	412.805	176.287
Custo com depreciação e amortização	492.277	187.621
(-) Coparticipação	(664.532)	(284.444)
Ressarcimento SUS	245.852	171.312
Custos diversos	17.165	14.926
Custo dos serviços prestados	18.093.707	6.817.459

* Os custos de localização e funcionamento abrangem gastos com manutenção e reparos, limpeza, energia, água, telefone, internet, impressos e correspondências, gastos com utilização de bens e equipamentos, viagens e deslocamentos e aluguéis diversos.

O aumento do CSP no exercício deve-se, especialmente:

- (i) aos efeitos dos custos da NDI, que ao todo, totalizou R\$ 10.947,4 milhões nos 11 (onze) meses de operações consolidadas. A NDI trabalhava, até a combinação de negócios, com um patamar mais alto de sinistralidade, em função de utilização de mais rede credenciada no seu atendimento aos beneficiários, sendo esta, mais fortemente influenciada pelo aumento da inflação médica;
- (ii) ao maior patamar de custos das empresas adquiridas, principalmente aquelas que estão presentes nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Sul do país, pois são consideradas as operações ainda não maduras da Companhia, que compõem o número consolidado;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iii) aumento de R\$ 304,7 milhões em custos com depreciação e amortização, para R\$ 492,3 milhões em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 187,6 milhões em 31 de dezembro de 2021, em virtude tanto do incremento de rede própria de forma orgânica quanto do incremento de ativos depreciables/amortizáveis em decorrência da combinação de negócios com NDI e ainda, em função de novos contratos de arrendamento de imóveis com terceiros e partes relacionadas; e

(iv) ao impacto nas operações (seja rede própria ou credenciada) recorrentes da inflação médica e inflação geral, dissídios coletivos com pessoal acima da média anual da Companhia nos últimos anos, incremento no uso de materiais e medicamentos em função da alta no volume de exames e novas terapias impostas pela ANS.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 5.655,1 milhões comparativamente a R\$ 3.065,9 milhões no exercício social de 2021, o que representou um aumento de R\$ 2.589,2 milhões ou 84,45%. O lucro bruto representou 23,81% e 31,02% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Essa diminuição da representatividade do lucro bruto em relação à receita operacional líquida deveu-se ao maior peso do sinistro no negócio e aos fatores acima expostos.

Despesas de vendas

Despesas de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 1.820,4 milhões, um aumento de R\$ 1.094,9 milhões, se comparado a R\$ 725,5 milhões no exercício de 2021 influenciado, principalmente:

(i) pela entrada de R\$ 930,6 milhões das despesas com vendas do período de 11 (onze) meses advindas da combinação de negócios com NDI;

(ii) aumento em despesas com comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais da Companhia devido a intensificação dos esforços de venda buscando incremento de *market share* e combate a competição; e

(iii) por um incremento na conta de provisão de perdas com créditos na Companhia no valor de R\$ 213,5 milhões, devido ao pelo aumento da provisão técnica de arrasto pelo envelhecimento dos faturamentos vencidos e pelo provisionamento dos vencidos sobre as vendas de serviços médico-hospitalares, em função de uma política mais rigorosa de crédito e cobrança, além do saldo de provisão de perdas com créditos advindo da NDI.

Despesas administrativas

Despesas administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 4.542,4 milhões comparativamente a R\$ 1.828,3 milhões no exercício social de 2021, o que representou um aumento de R\$ 2.714,2 milhões ou 148,46%. As despesas administrativas representaram 19,13% e 18,50% da Receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2021, respectivamente.

O principal fator que ocasionou o aumento de tais despesas entre os períodos comparados foi o efeito dos resultados consolidados com a NDI, bem como:

- (i) entrada de R\$ 1.277,7 milhões das despesas administrativas do período de 11 (onze) meses advindas da operação da NDI;
- (ii) aumento em despesas com depreciação e amortização no valor de R\$ 987,5 milhões, para R\$1.695,0 milhões em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 707,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 em razão (i) da amortização de mais-valia de carteiras de clientes, marcas e patentes provenientes das aquisições (grupos Medical, São José, Promed e *Premium*) que foram incorporadas no último trimestre de 2021 e ao longo do exercício de 2022, e (ii) amortização de mais-valia de imobilizado e intangível da aquisição GNDI; (iii) depreciação e amortização da NDI; e (iv) amortização de mais-valia de imobilizado e intangível da aquisição GNDI; e
- (iii) aumento na conta de despesas com pessoal próprio (dissídios coletivos, promoções, contratações de novos colaboradores, impactos nas verbas salariais e remuneração variável) e das adições de despesas com pessoal próprio provenientes da NDI no valor de R\$ 614,8 milhões;
- (iv) R\$430,0 milhões relativas a despesas com provisionamento de *stock option* em função do seu *vesting* no exercício social de 2022, as quais não ocorreram no exercício social de 2021 (vez que tal plano, conforme descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência, não existia no exercício social de 2021).

Despesas financeiras líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou despesas financeiras líquidas de R\$ 1.291,9 milhões em comparação com despesas financeiras líquidas de R\$ 50,4 milhões ocorrido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os principais fatores que influenciaram a variação foram:

- (i) o incremento relevante dos juros de debêntures em R\$ 1.050,9 milhões, para R\$1.179,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, de R\$128,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 e incremento de juros sobre empréstimos e financiamentos em R\$ 195,3 milhões, para R\$202,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$7,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 em virtude da oferta pública com esforços restritos de colocação da 3.^a emissão de debêntures (HAPV13) da Companhia e da 1.^a emissão de CRI de sua subsidiária, a BCBF, realizadas em 2022, bem como, da 2.^a emissão de debêntures emitidas pela Companhia e do CRI da Ultra Som realizadas no último trimestre de 2021 cujos juros incorridos em 2021 afetaram somente 3 meses de resultado ao passo que em 2022 afetaram 12 meses. Grande parte dessa variação também advém do passivo de empréstimos, financiamentos e debêntures da NDI, que em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 4.596,3 milhões, conforme valores justos dos ativos e passivos na data de aquisição na combinação de negócios. Além do aumento da taxa do CDI (de 4,42%a.a. em dez/21 para 12,39%a.a. em dez/22);
- (ii) o aumento nas despesas de atualização monetária no valor de R\$ 268,3 milhões, para R\$337,9

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

milhões em 31 de dezembro de 2022, de R\$69,6 milhões em 31 de dezembro de 2021 pelo incremento dos saldos patrimoniais que sofrem atualização, tais como, provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e obrigações contratuais, saldos estes advindos, majoritariamente, do balanço da NDI; e

(iii) o aumento dos juros de direito de uso (arrendamento mercantil) pela entrada tanto do saldo patrimonial da NDI quanto pela formalização de novos contratos de locação pela Companhia.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.447,8 milhões comparativamente a um lucro de R\$ 492,9 milhões no exercício social de 2021, o que representou um impacto negativo na comparação entre os exercícios de R\$ 1.940,7 milhões ou -393,75%. O Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro representou - 6,10% e 4,99% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021, respectivamente. Este impacto negativo é atribuído substancialmente aos fatores acima expostos.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi credor em um montante de R\$ 672,0 milhões comparativamente a um montante credor de R\$ 7,5 milhões no exercício social de 2021, o que representou um aumento de R\$ 664,5 milhões ou 8.907,6%. A alíquota efetiva (representatividade do IR/CS corrente e diferido sobre o Lucro Antes do Imposto de Renda) da Companhia aumentou de 1,5% em 2021 para 46,4% em 2022. Os principais fatores de 2022 foram:

(i) a constituição de imposto diferido sobre prejuízos fiscais auferidos pela Companhia e suas controladas no valor de R\$ 420,2 milhões;

(ii) a amortização do valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios o que ocasionou numa constituição de passivo fiscal diferido de R\$ 191,9 milhões;

(iii) a constituição de ativo fiscal diferido de R\$ 165,3 milhões decorrente do plano de *Stock Options* da Companhia, previsto no item 8.4 deste Formulário de Referência;

(iv) R\$ 80,1 milhões de constituição de ativo fiscal diferido decorrente ao aumento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; e

(v) contrabalanceamento com a constituição de passivo fiscal diferido de amortização fiscal de ágio das combinações de negócios de R\$ (313,5) milhões.

(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício

O prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 775,8 milhões comparativamente a um lucro de R\$ 500,3 milhões no exercício social de 2021, o que representou uma redução de R\$ 1.276,2 milhões ou -255,06%, a qual é explicada pela análise integrada das informações acima mencionadas das demais rubricas. O prejuízo do exercício representou -3,27% e ante a 5,06% da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

receita líquida exercícios sociais encerrados em 2022 e 2021, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em				AH (%)
	31/12/2021	AV%	31/12/2020	AV%	31/12/2021X 31/12/2020
Receita operacional líquida	9.883.385	100,00%	8.554.961	100,0%	15,53%
Custos dos serviços prestados	(6.817.459)	-68,98%	(5.208.978)	-60,89%	30,88%
Lucro bruto	3.065.926	31,02%	3.345.983	39,11%	-8,37%
Despesas de vendas	(725.508)	-7,34%	(670.720)	-7,84%	8,17%
Despesas administrativas	(1.828.253)	-18,50%	(1.413.519)	-16,52%	29,34%
Outras receitas operacionais, líquidas	31.104	0,31%	5.393	0,06%	476,75%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	543.270	5,50%	1.267.137	14,81%	-57,13%
Receitas financeiras	307.611	3,11%	152.223	1,78%	102,08%
Despesas financeiras	(358.005)	-3,62%	(286.702)	-3,35%	24,87%
Despesas financeiras, líquidas	(50.394)	-0,51%	(134.479)	-1,57%	-62,53%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	492.876	4,99%	1.132.658	13,24%	-56,49%
Imposto de renda e contribuição social	7.460	0,08%	(347.359)	-4,06%	-102,15%
Corrente	(323.308)	-3,27%	(597.283)	-6,98%	-45,87%
Diferido	330.768	3,35%	249.924	2,92%	32,35%
Lucro líquido do exercício	500.336	5,06%	785.299	9,18%	-36,29%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no exercício social de 2021 foi de R\$ 9.883,4 milhões comparativamente a R\$ 8.555,0 milhões no exercício social de 2020, o que representou um aumento de R\$ 1.328,42 milhões ou 15,53%. Este aumento é atribuído substancialmente a:

- (i) receita proveniente das principais empresas adquiridas em 2021 (Grupo Promed, Hospital CETRO, *Premium*, Madrecor e Maternidade Octaviano Neves) em R\$ 431,6 milhões;
- (ii) aumento orgânico de 56 mil vidas na base de beneficiários de saúde e 322 mil vidas de beneficiários de planos odontológicos; e
- (iii) crescimento de 13,58% na rubrica de receitas com outras atividades, ou seja, receitas de prestação de serviços médico-hospitalares para terceiros (convênios e particulares), e das nossas controladas São Francisco Resgate Ltda. e a Maida Health Participações Societárias S.A. que oferecem serviços de resgate em rodovias e de soluções inovadoras em saúde, respectivamente.

Custo dos serviços prestados (CSP)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício social de 2021, os custos dos serviços prestados (CSP) da Companhia totalizaram R\$ 6.817,5 milhões, um aumento de 30,88% em comparação ao exercício social de 2020, no qual os CSP totalizaram R\$ 5.209,0 milhões, conforme tabela abaixo:

Custos dos serviços prestados (em R\$ milhares)	Exercício social findo	
	31/12/2021	31/12/2020
Custos médico-hospitalar e outros	6.817.370	5.202.876
Variação da PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)	89	6.102
Custo dos serviços prestados	6.817.459	5.208.978

O aumento do CSP no exercício deve-se, especialmente, a:

- (i) aumento do volume de atendimentos não só pelo retorno aos níveis pré-pandêmicos, mas também pela demanda em virtude da disseminação da variante ômicron no Brasil juntamente com uma epidemia de influenza. Houve aumento no volume de consultas de 32% quando comparamos 2021 a 2020;
- (ii) maior volume de procedimentos eletivos, concentrados no terceiro trimestre de 2021, necessários para o endereçamento do backlog de cirurgias. No terceiro trimestre de 2021, foram realizadas cerca de 6 mil cirurgias adicionais;
- (iii) custos com a rede própria e credenciada no combate à Covid-19;
- (iv) incremento nos gastos com pessoal, materiais e medicamentos, localização e funcionamento (energia, água, telefone, internet, taxas imobiliárias, viagens, hospedagens, dentre outros), serviços de terceiros na rede própria (e.g. gastos com manutenção de sistemas, manutenção de equipamentos, consultorias e outros); e
- (v) maior patamar de sinistralidade advinda de algumas empresas adquiridas em 2021 (Medical, São José, Promed e Premium Saúde).

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício social de 2021 foi de R\$ 3.065,9 milhões comparativamente a R\$ 3.346,0 milhões no exercício social de 2020, o que representou uma redução de R\$ 280,1 milhões ou -8,37%. O lucro bruto representou 31,02% e 39,11% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas de vendas

As despesas de vendas no exercício social de 2021 totalizaram R\$ 725,5 milhões, um aumento de R\$ 54,8 milhões comparado a R\$ 670,7 milhões no exercício social de 2020, influenciado, principalmente, pela mudança na estimativa do prazo de amortização das despesas com comissões em virtude da padronização na metodologia de cálculo da média de permanência dos contratos das operadoras advindas da aquisição do Grupo São Francisco. A média de permanência dos contratos no Grupo São Francisco (antes da aquisição pela Companhia) era maior e, portanto, as despesas com comissões eram diferidas por mais tempo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Apesar do aumento do entre os exercícios de 2021 e 2020, a representatividade dessas despesas em relação à receita operacional líquida reduziu em 0,5%, tendo atingido -7,3% em 2021, frente a -7,8% em 2020.

Despesas administrativas

As despesas administrativas no exercício de 2021 foram de R\$ 1.828,3 milhões comparativamente a R\$ 1.413,5 milhões no exercício de 2020, o que representou um aumento de R\$ 414,7 milhões ou 29,3%. As despesas administrativas representaram -18,5% e -16,5% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

É relevante destacar que os principais fatores que ocasionaram o aumento de tais despesas entre os exercícios comparados foram: (i) aumento na despesa com pessoal próprio de R\$ 159,8 milhões em virtude de aumento de quadro de funcionários devido às aquisições realizadas e reajustes salariais; (ii) R\$ 56,3 milhões de despesa com pagamento baseado em ações que não existia em 2020; e (ii) aumento nas despesas com serviços de terceiros e com despesas com localização e funcionamento em R\$ 265,9 milhões advindos das empresas adquiridas em 2021 e do aumento orgânico da rede própria.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais, líquidas no exercício de 2021 foram de R\$ 31,1 milhões comparativamente a R\$ 5,4 milhões no exercício social de 2020, o que representou um aumento de R\$ 25,7 milhões ou 476,75%. Outras receitas operacionais, líquidas representaram 0,31% e 0,06% da receita operacional líquida nos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente.

O principal fator que ocasionou esse aumento de tais receitas foi ressarcimento de certas despesas conforme contrato de compra e venda de empresas adquiridas pela Companhia.

Receitas financeiras

Receitas financeiras no exercício social de 2021 foram de R\$ 307,6 milhões comparativamente a R\$ 152,2 milhões no exercício social de 2020, o que representou um aumento de R\$ 155,4 milhões ou 102,08%. Receitas financeiras representaram 3,11% e 1,78% da receita operacional líquida nos exercícios sociais de 2021 e 2020, respectivamente.

Os principais fatores que ocasionaram o aumento foram os rendimentos advindos das aplicações financeiras proveniente dos recursos do *follow on*, da 2ª emissão de debêntures da Companhia e da emissão do CRI pela Ultra Som, somado ao aumento da taxa média do juros de CDI.

Despesas financeiras

Despesas financeiras no exercício social de 2021 foram de R\$ 358,0 milhões comparativamente a R\$ 286,7 milhões no exercício social de 2020, o que representou um aumento de R\$71,3 milhões ou 24,87%. Despesas financeiras representaram -3,62% e -3,35% da receita operacional líquida nos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os principais fatores que ocasionaram o aumento foram:

- (i) despesa com juros referente à 2ª emissão de debêntures da Companhia e da emissão do CRI pela Ultra Som emitidos no exercício de 2021, ocasionando um aumento de R\$ 67,8 milhões; e
- (ii) incremento de juros de direito de uso no montante de R\$ 13,0 milhões em 2021 pela adição de novos contratos.

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro no exercício social de 2021 foi de R\$ 492,9 milhões comparativamente a R\$ 1.132,7 milhões no exercício social de 2020, o que representou uma redução de R\$ 639,8 milhões ou -56,5%. O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro representou 5,0% e 13,2% da receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 2021 e 2020, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no exercício social de 2021 foi credor em um montante de R\$ 7,5 milhões comparativamente a um montante de despesas de R\$ 347,4 milhões no exercício social de 2020, o que representou uma redução nas despesas de R\$ 354,8 milhões ou -102,1%. A alíquota efetiva (representatividade do IR/CS corrente e diferido sobre o lucro antes do imposto de renda) da Companhia foi de 1,5% em 2021, comparada com 30,7% em 2020. Os principais fatores de 2021 foram:

- (i) os gastos com emissão de ações no montante de R\$ 18,1 milhões em 2021; e
- (ii) o efeito das companhias que tributam pelo lucro presumido, que representou R\$ 55,6 milhões em 2021, comparado a R\$ 2,4 milhões em 2020.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 500,3 milhões comparativamente a R\$ 785,3 milhões no exercício social de 2020, o que representou uma redução de R\$ 285,0 milhões ou -36,3%, a qual é explicada pela análise integrada das informações acima mencionadas das demais rubricas. O lucro do exercício representou 5,1% e 9,2% da receita operacional líquida exercícios sociais encerrados em 2021 e 2020, respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			AH (%)	
	2022	2021 ^(A)	2020	31/12/2022X 31/12/2021	31/12/2021 X 31/12/2020
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	971.907	212.410	1.325.635	286,44%	-83,98%
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	2.099.888	(4.338.857)	(937.773)	-147,97%	368,01%
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	(2.151.136)	4.330.491	(468.879)	-149,67%	-1023,58%

(A) As cifras de 2021 não refletem as reclassificações descritas na Nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, emitidas em 28 de fevereiro de 2023, as quais foram feitas pela administração da Companhia para melhor apresentação das cifras comparativas.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 971,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 212,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de R\$ 720,4 milhões, ou 286,44%, é justificado substancialmente:

- (i) pela redução do imposto de renda e contribuição social pagos no total de R\$ 310,0 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022 foram pagos R\$72,0 milhões, em 31 de dezembro de 2021 foram pagos R\$382,0 milhões;
- (ii) pelo incremento das provisões técnicas de operações de assistência à saúde em R\$ 124,9 milhões, R\$150,3 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$25,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, tal incremento se deu em função do aumento das cobranças do Sistema Único de Saúde – SUS; e
- (iii) pela diminuição das baixas de outras contas a pagar em R\$ 260,4 milhões, sendo R\$156,8 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$456,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, haja vista que, em 2021, houve grande desembolso para pagamento de títulos em aberto/vencidos de empresa adquirida em 2021, a Promed.

Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento

Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento totalizou R\$ 2.099,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado ao fluxo de caixa utilizado de R\$ 4.338,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação positiva de geração de caixa de R\$ 6.477,8 milhões, ou -147,97%, é justificado significativamente por maiores resgates de aplicações em R\$ 10.294,8 milhões parcialmente compensados com pagamentos de aquisição de investimentos em R\$ 3.214,0 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido proveniente (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 2.151,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado ao caixa líquido proveniente das atividades de financiamento de R\$ 4.330,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento no consumo de caixa em R\$ 6.481,6 milhões, ou -149,7%, é justificado, principalmente, pelos recursos provenientes da emissão de ações pela Companhia (*follow-on*) em 2021 no montante de R\$ 2.025,0 milhões, além do pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio a maior em 2022, parte do pagamento fruto da combinação de negócios com a NDI. Somado a isso, tem-se um pagamento de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures tanto das dívidas da Companhia quanto do fluxo de pagamento do saldo devedor advindo da NDI.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 212,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado ao caixa líquido proveniente das atividades operacionais de R\$ 1.325,6 milhões gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa redução de R\$ 1.113,2 milhões, ou -84,0%, é justificado substancialmente pela redução do lucro líquido do exercício, como também, em função dos ajustes pelas transações de resultado que não tem efeito caixa. Em adição a isso, houve (i) aumento do caixa utilizado em outras contas a pagar de R\$ 392,7 milhões majoritariamente advindo de outras contas da Promed, empresa adquirida em 2021; (ii) incremento nos desembolsos com depósitos judiciais vinculados às cobranças do SUS em 2021; (iii) pagamentos a fornecedores em linha com o aumento do volume de custos da Companhia; e (iv) consumo das provisões técnicas de operações de assistência à saúde.

Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R\$ 4.338,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado a R\$ 937,7 milhões do caixa líquido utilizado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento no fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento em R\$ 3.401,1 milhões, ou 362,7%, é justificado significativamente pelas aplicações financeiras realizadas em 2021, referente aos recursos captados, por meio das operações de *follow-on*, emissão de Debêntures da Companhia e emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) pela Ultra Som, em 2021.

Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento totalizou R\$ 4.330,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, comparado ao caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 468,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento em R\$ 4.799,4 milhões, ou

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

1.023,6%, é justificada principalmente aos recursos captados por meio das operações de *follow-on*, emissão de Debêntures da Companhia, e emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) pela Ultra Som, em 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Resultados: os diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, conseqüentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, foi originada pelo crescimento do número de beneficiários tanto em planos de saúde quanto planos odontológicos, pelo aumento de *ticket* médio da carteira de clientes da Companhia e pela aquisição de subsidiárias, em especial à combinação de negócios com a NotreDame Intermédica (“NDI”), conforme detalhada no item 2.4 deste Formulário de Referência.

O *ticket* médio da carteira de clientes da Companhia é influenciado pelo reajuste de preço dos planos de atuais beneficiários, pelo aumento da tabela de venda de planos para novos beneficiários e pela mudança de faixa etária. O reajuste de preços por faixa etária é regulado pela ANS através da Instrução Normativa 63/2003.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos:

- aumento do número de beneficiários de planos de saúde e de planos odontológicos;
- ganho em eficiência operacional através da diluição de custos fixos, especialmente folha médica, serviços de terceiros e localização e funcionamento;
- redução de representatividade de despesas operacionais, através da diminuição de despesas com serviços de terceiros e de localização e funcionamento; e
- em especial, para o exercício de 2022, a combinação de negócios com a NDI foi um fator que impactou materialmente todas as linhas do resultado operacional da Companhia em virtude de operarem com margens diferentes do Hapvida.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os diretores da Companhia entendem que os incrementos na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 deveram-se à relação de custo/benefício que a Companhia oferece ao seu cliente, através da prestação de serviços que acreditamos ser de qualidade com preços acessíveis. Essa relação de custo/benefício tem contribuído para o aumento da base de clientes da Companhia e, conseqüentemente, o aumento de sua receita, além de uma precificação justa para a base existente de clientes para contrabalancear os efeitos da inflação. Adicionalmente, a Companhia tem enfatizado a venda *cross selling* entre produtos de assistência médica e odontológica, trazendo soluções complementares para

2.2 Resultados operacional e financeiro

o cliente. Outrossim, os diretores entendem que a inserção de novos produtos, tais como planos ambulatoriais, e, prestação de serviços médico-hospitalares à terceiros, também tem contribuído para incrementar volumes de venda na operação da Companhia. Não há variações das receitas atribuíveis a alterações da taxa de câmbio.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A administração da Companhia entende que as variações nos custos médico-hospitalares que o mercado vivencia há alguns anos têm impactado em menor proporção a Companhia devido às suas ações atreladas à verticalização e à integração para obter eficiência de custos. A Companhia entende que, para prestar um serviço de qualidade, não é necessário ter altos custos perseguindo com afinco a maior eficiência operacional possível, comprovada pela baixa sinistralidade em nossos resultados se comparados com os concorrentes.

No que tange aos riscos da taxa de juros, a Companhia possui todas as suas captações mais relevantes atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A alta da taxa de juros pode proporcionar uma maior despesa e, conseqüentemente, uma maior receita financeira das aplicações da Companhia, mas não um efeito adverso em seus resultados.

Em outubro de 2021, a Companhia efetuou a segunda emissão de debêntures simples, quirografárias, não conversíveis em ações. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento realizado em 30 de abril de 2022.

Em dezembro de 2021, a Companhia efetuou, através de uma de suas subsidiárias, a primeira emissão de CRI convergido em debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento realizado em 13 de junho de 2022.

Em abril de 2022, a Companhia efetuou a terceira emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento realizado em 10 de outubro de 2022.

Em dezembro de 2022, a Companhia efetuou, através de uma de suas subsidiárias, a segunda emissão de CRI convergido em debêntures simples, da espécie quirografárias, não conversíveis em ações. O pagamento dos juros é realizado de forma semestral, com o primeiro pagamento realizado em 15 de junho de 2023.

As emissões realizadas ao longo do exercício social de 2022, bem como aquelas realizadas no último trimestre de 2021, as quais, por conseguinte, não impactaram completamente as informações financeiras deste último período, acarretaram um incremento relevante dos juros sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia em R\$ 1,3 bilhão quando comparamos com o exercício de 2021. Grande parte dessa variação nos juros advém também do passivo de empréstimos e financiamentos da NDI, no valor de R\$ 4,6 bilhões, conforme balanço de partida na combinação de negócios.

2.2 Resultados operacional e financeiro

A Companhia não faz aplicações de seus recursos no exterior. Quase a totalidade de seus fornecedores são nacionais, de forma que o volume de operações realizadas pela Companhia para importar materiais e medicamentos para prestação de seus serviços é pouco substancial em termos de valores.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Práticas contábeis: os diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

(i) Alterações de normas que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

IFRS 17/CPC 50 - Contratos de Seguros ("Norma")

O IASB emitiu o IFRS 17 (CPC 50), em substituição ao IFRS 4 (CPC 11) – Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O IFRS 17/CPC 50, recepcionado pela CVM, por meio da Resolução CVM 42/2021, é aplicável para exercícios anuais com início em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia e suas controladas estão avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na "verticalização" de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde.

A Companhia e suas controladas vendem a) planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica, sendo a maior parte dos atendimentos realizada nas redes clínica, ambulatorial e hospitalar própria; e (b) planos odontológicos com o serviço prestado através de rede credenciada. Nessas operações, as operadoras de saúde da Companhia e suas controladas administram "riscos de saúde", ou seja, os riscos são cobertos pelo fornecimento da prestação de serviços de assistência à saúde e não para indenização de bens ou valores monetários, no qual a combinação dessa prestação é um método de precificação da contraprestação a ser recebida a partir de uma mensalidade por taxa mensal fixa e que considera a premissa de se tratar de um contrato de longo prazo e com capacidade de tornar os clientes cativos; dentre outros aspectos relevantes.

- ***Impacto estimado da adoção da IFRS 17***

O IFRS 17/CPC 50 busca uniformizar a ampla variedade de práticas contábeis até então aplicadas no mercado segurador, que prejudicava a comparabilidade das informações contábeis das seguradoras em diferentes jurisdições.

A norma, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023, tem como data de transição 1º de janeiro de 2022, e os impactos de transição devem afetar diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.

A eventual adoção do IFRS 17/CPC 50 não resultará em impactos regulatórios, uma vez que tais limites são calculados segundo os princípios e normas contábeis geralmente aceitos no Brasil aplicáveis às operadoras de saúde autorizadas a funcionar pela ANS que não aprovou o IFRS 17/CPC 50.

O IFRS 17/CPC 50 exige que todas as seguradoras reflitam os efeitos das mudanças em suas

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

demonstrações financeiras de maneira transparente, fornecendo informações sobre a lucratividade atual e futura dos seus contratos de seguro. Além dessa comparabilidade, a norma instituiu os níveis de agrupamento dos contratos de seguro (nível de saframento, portfólio e grupos) e a aplicação dos modelos contábeis que devem ser definidos de acordo com as características dos contratos de seguros. Esses modelos são divididos em:

- a. BBA – *Building Block Approach* (Modelo Geral de Mensuração): modelo padrão para todos os contratos de seguros;
- b. PAA – *Premium Allocation Approach* (Abordagem de Alocação de Prêmio): modelo simplificado opcional, indicado para contratos de curta duração (cobertura de até um ano) ou quando a cobertura remanescente não seja materialmente diferente do valor calculado no modelo BBA;
- c. VFA – *Variable Fee Approach* (Abordagem de Taxa Variável): modelo aplicável a contratos de seguros com características de participação direta, compostos substancialmente por contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

No reconhecimento inicial do modelo BBA, deve-se considerar as estimativas de fluxo de caixa futuro, os ajustes do valor do dinheiro no tempo (ajustes a valor presente) e os ajustes dos riscos não financeiros para avaliar se o contrato é superavitário ou deficitário. Com isso, surge o conceito da margem de serviço contratual (CSM – *Contractual Service Margin*), que deverá ser contabilizada no passivo, sendo convertida para receita ao longo da vigência do contrato. Nos casos de contratos onerosos (quando essa margem de serviço contratual é deficitária), esses valores deverão ser contabilizados imediatamente no resultado.

No modelo PAA, baseado em passivo de cobertura remanescente, semelhante à metodologia de prêmios não ganhos, os valores do passivo são reconhecidos em resultado de acordo com o período de vigência dos contratos.

(ii) Outras normas

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- a. IAS 16 (CPC 27) – Ativo imobilizado;
- b. IFRS 3 (CPC 15) – Combinação de Negócios – Alterações nas referências à Estrutura Conceitual;
- c. IAS 37 (CPC 25) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos;
- d. IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

(iii) Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor, estão descritas a seguir. A Companhia irá adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

- a.** Alteração ao IAS 1 (CPC 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- b.** Alteração ao IAS 1 (CPC 26) e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis;
- c.** Alteração ao IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- d.** Alteração ao IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia nos três últimos exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas e ênfase.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Efeitos relevantes: os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- **Aquisições e associações concluídas:**

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia acentuou a expansão de sua operação por meio de aquisições e combinação de negócios. Os movimentos mais relevantes no referido período estão abaixo descritos.

Vale ressaltar que os diretores acreditam que a consolidação dos números das empresas adquiridas nas demonstrações financeiras da Companhia ocasiona aumento dos seus ativos e passivos e patrimônio líquido. Em termos de demonstração de resultados, as empresas adquiridas costumam trabalhar com níveis de sinistralidade mais alto, e, conseqüentemente, margens mais baixas. Assim, num primeiro momento as margens da Companhia são impactadas negativamente, o que, a posteriori, com o trabalho de verticalização, integração de sistemas, centralização de processos e captura de sinergias as margens das empresas adquiridas passam a convergir aos patamares de margem esperados pelos diretores em linha com o modelo de negócios da Companhia.

(i) Medical

Em julho de 2020, a Companhia, por meio da Ultra Som, celebrou contrato de promessa de compra e venda de ações e outras avenças para aquisição da Medical Medicina Cooperativa de Limeira, sediada em Limeira, com uma carteira de cerca de 80 mil beneficiários de planos de saúde localizados majoritariamente na região de Limeira, Cordeirópolis, Iracemápolis e demais cidades do entorno. Para a conclusão da operação, a cooperativa foi transformada em sociedade anônima, passando a ser denominada Medical Medicina Assistencial S.A. Com a aprovação pela ANS em outubro de 2020 e pelo Cade em abril de 2020, ocorreu o fechamento da operação com a assunção do controle da empresa por parte da Companhia em novembro de 2020. Como parte da reestruturação societária do grupo Hapvida, a empresa teve seus ativos integralmente cindidos para a Ultra Som em outubro de 2021.

(ii) Grupo Promed

Em setembro de 2020, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Ultra Som Serviços Médicos S.A. (Ultra Som), assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição de 100% da participação societária do grupo Promed, por meio de sua holding, Vida Saúde Gestão S.A. (Vida Saúde). O grupo Promed é formado por 3 operadoras de saúde, a Promed Assistência Médica Ltda., a Promed Brasil Assistência Médica Ltda., e a Saúde – Sistema Assistencial Unificado de Empresas Ltda., além de 3 hospitais,

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

1 hospital-dia e 7 clínicas, detidos pelas seguintes empresas: Centro Médico Progroup Ltda., Med Clínicas Serviços Médicos Ltda., Hospital Progroup Ltda. e Hospital Vera Cruz S.A.

Em 30 de abril de 2021, foi aprovada a incorporação de ações de emissão da Vida Saúde pela Ultra Som e, em ato imediatamente subsequente, a incorporação de ações de emissão da Ultra Som pela Companhia, resultando na entrega de 41.640.220 ações ordinárias de emissão da Companhia aos atuais acionistas da Vida Saúde e concluindo, assim, a aquisição do Grupo Promed. Em janeiro de 2022, a Vida Saúde foi incorporada pela Ultra Som, dando início ao processo de efetiva integração do grupo Promed à Hapvida. Em dezembro de 2022, como parte do processo de reestruturação societária, as operadoras do grupo Promed foram incorporadas pela Hapvida Assistência Médica S.A. (HAM), enquanto as demais empresas, assistenciais, foram incorporadas pela Ultra Som, de forma que, na data deste Formulário de Referência, se encontram integradas ao grupo Hapvida.

(iii) Grupo São José

Em outubro de 2020, foi assinado o contrato de promessa de compra e venda de ações e outras avenças entre a Ultra Som Serviços Médicos S.A. (Ultra Som), controlada da Companhia, e o Grupo São José composto pela operadora de saúde Clínica São José Saúde Ltda., pelo hospital Clínica São José Ltda. e pelo hospital Pró-Infância SJC Hospital e Pronto Socorro Pediátrico Ltda. (Grupo São José). Em dezembro de 2020, foi iniciada a transferência de controle do Grupo São José para a Companhia por meio da transferência das quotas das 7 *holdings* que controlam a Clínica São José Saúde Ltda e a Clínica São José Ltda, esta, sócia majoritária do Pró-Infância SJC Hospital e Pronto Socorro Pediátrico Ltda. (Hospital Pró-Infância). Em outubro de 2021, a Companhia adquiriu, por meio da Ultra Som, novas quotas do Hospital Pró-Infância, passando a ser detentora de aproximadamente 74% de seu capital social. Além disso, as duas Clínicas foram incorporadas, também pela Ultra Som, de forma que, na data deste Formulário de Referência, se encontram integradas ao grupo Hapvida.

(iv) Premium Saúde

Em novembro de 2020 a Companhia celebrou, por meio de sua subsidiária integral Hapvida Assistência Médica S.A. (Hapvida Assistência), o contrato de compra e venda para a aquisição de ações representativas de 100% do capital da operadora de planos de saúde Premium Saúde S.A. (Premium Saúde). A aquisição do controle foi finalizada em 06 de agosto de 2021.

(v) Combinação de negócios com o Grupo NotreDame Intermédica

Em janeiro de 2021, com vistas a consolidar sua posição de liderança no mercado, bem como promover sua expansão em áreas geográficas estratégicas para o crescimento futuro, a Companhia apresentou a Notre Dame Intermédica Participações S.A. (NDI), operadora de saúde com um modelo de negócios vertical e similar ao da Companhia, proposta não vinculante para uma potencial combinação dos negócios. Em março de 2021, a transação foi aprovada pelos acionistas da Companhia e da GNDI em suas respectivas assembleias gerais, sob condição suspensiva, em razão da necessidade de aprovação da operação pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Tais aprovações foram obtidas em junho de 2021 e dezembro de 2021, respectivamente.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

A operação foi consumada em 11 fevereiro de 2022, tendo ocorrido a efetiva combinação dos negócios, com o encerramento da negociação das ações da NDI na B3.

(vi) HB Saúde

Em julho de 2021, a Companhia celebrou com a diretoria do Grupo HB Saúde, uma proposta vinculante para a aquisição de até 100% do Grupo HB Saúde de São José do Rio Preto (SP). O Grupo HB Saúde está localizado majoritariamente nos municípios de São José do Rio Preto e Mirassol, em São Paulo.

A operadora do Grupo HB Saúde conta com uma carteira de cerca de 129 mil beneficiários de planos de saúde com 72% de planos coletivos e com 25,0 mil beneficiários de planos odontológicos. O preço inicial da aquisição era de R\$ 450 milhões, mas em setembro de 2021 houve uma proposta de aquisição realizada por outra operadora de saúde, tendo a proposta sido majorada para R\$ 650 milhões. Em assembleia geral de acionistas ocorrida em 23 de setembro de 2021, a nova proposta foi aceita por 59% dos acionistas do grupo HB Saúde. A operação foi concluída após o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e na data deste Formulário de Referência o grupo HB Saúde já faz parte das aquisições da Companhia.

(vii) Viventi Hospital Asa Sul Ltda. (Viventi)

Em dezembro de 2021, por meio de sua subsidiária integral Ultra Som, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição de 100% do capital votante da empresa Viventi. A Viventi possui contrato de locação pelo período de 30 anos de um hospital localizado em área nobre da Asa Sul de Brasília (DF), região Centro-Oeste do país, e é detentora das licenças de operação do referido hospital.

(viii) Aquisição CCG Participações S.A.

Em janeiro de 2022, a Companhia, por meio de suas controladas, concluiu a aquisição do CCG Saúde (Centro Clínico Gaúcho), uma das principais operadoras verticalizadas no estado do Rio Grande do Sul, e que conta com uma carteira de 171 mil beneficiários de planos de saúde, localizados principalmente na região metropolitana de Porto Alegre, além de 5,1 mil beneficiários de planos odontológicos.

Em 2021, o Centro Clínico Gaúcho inaugurou o Hospital Humaniza, localizado em região estratégica na cidade de Porto Alegre, que conta com 110 leitos e potencial de expansão para 220 leitos.

Conta também com uma rede própria que inclui 20 centros clínicos, 13 unidades de coleta de análises clínicas (Laboratório Marques D'Almeida), além de uma ampla gama de serviços aos beneficiários, como medicina preventiva, programa de assistência domiciliar e telemedicina 24 horas.

• **Aquisições em andamento ou sujeitas à aprovação das autoridades regulatórias:**

A Companhia possuía as seguintes aquisições em andamento ou sujeitas à aprovação das autoridades regulatórias:

Smile Saúde:

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em fevereiro de 2022, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição de 100% do capital votante do grupo Smile Saúde, formado pelas empresas: Esmale Assistência Internacional de Saúde Ltda., Hospital João Paulo II Ltda. e Mais Saúde Clínica Ltda., por meio da sua subsidiária integral Hapvida Assistência.

O grupo *Smile* Saúde atua por meio de uma operadora de planos de saúde com cerca de 80 mil beneficiários localizados, majoritariamente, em Maceió/AL, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB e Brasília/DF. O grupo *Smile* também possui um hospital próprio sediado em João Pessoa/PB. A Hapvida já possui atualmente uma carteira de cerca de 160 mil beneficiários em planos de saúde e 3 hospitais nas principais praças de atuação do grupo Smile Saúde.

A conclusão da transação, como de praxe, está condicionada a determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação dos órgãos reguladores.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que não tenham sido reportados na seção 2.1 (h) e que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou no último exercício social as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	2.031.416	1.438.355	2.019.623
Margem EBITDA	8,6%	14,6%	23,6%
EBITDA Ajustado	2.517.732	1.494.660	2.019.623
Margem EBITDA Ajustada	10,6%	15,1%	23,6%
Índice de liquidez geral	0,58	0,99	1,01

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA (sigla para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela Receita líquida de serviços e vendas¹. A Margem EBITDA Ajustada é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela Receita líquida de serviços e vendas.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, este considera o EBITDA e exclui os efeitos dos planos de remuneração baseado em ações da Companhia (PPD ou *Stock Grant* e SOPs, conforme definidos no item 8.4 deste Formulário de Referência) pois este não afeta resultado operacional da venda de planos de saúde com cobertura de custos de assistência médica e por se tratar de um efeito não-caixa. A Companhia acredita que tal ajuste aplicado na apresentação do EBITDA Ajustado é apropriado para fornecer informação adicional aos investidores sobre outros itens que contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa da Companhia.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa, tais como o impacto na remuneração da alta

¹ Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era "*Receita operacional líquida*". A nomenclatura utilizada neste item 2.5 refere-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.5 Medições não contábeis

gestão da companhia (executivos estatutários e não estatutários).

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, não devendo ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, nem como medida operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou, ainda, como medidas de liquidez, tampouco devem ser considerados como base para distribuição de dividendos.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada não possuem significado padrão e a suas definições podem não ser comparáveis com as definições de EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada utilizadas por outras companhias. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização.

Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3.º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

Índice de Liquidez Geral

O Índice de Liquidez Geral é uma medida não contábil divulgada pela Companhia e é utilizada para avaliar a capacidade de pagamento de suas obrigações no curto e longo prazo. O Índice de Liquidez Geral é calculado pela razão do ativo circulante acrescido do ativo realizável a longo prazo (aplicações financeiras de longo prazo, impostos diferidos, depósitos judiciais, despesa de comercialização diferida, instrumentos financeiros derivativos, outros créditos com partes relacionadas e outros ativos) dividido pela soma do passivo circulante e passivo não circulante.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a conciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA com os valores das demonstrações financeiras:

(Em milhares de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido	(775.839)	500.336	785.299
(+) Depreciação e amortização	2.187.283	895.085	752.486
(+/-) Resultado financeiro líquido	1.291.942	50.394	134.479
(+) Imposto de renda e Contribuição social	(671.970)	(7.460)	347.359
EBITDA	2.031.416	1.438.355	2.019.623

2.5 Medições não contábeis

Receita Líquida de vendas ²	23.748.803	9.883.385	8.554.961
Margem EBITDA	8,6%	14,6%	23,6%
EBITDA	2.031.416	1.438.355	2.019.623
(+) Plano de remuneração baseado em ações ³	486.316	56.305	-
EBITDA Ajustado	2.517.732	1.494.660	2.019.623
Margem EBITDA Ajustada	10,6%	15,1%	23,6%

A tabela abaixo apresenta a conciliação do Índice de Liquidez Geral com os valores das demonstrações financeiras:

(Em milhares de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Índice de Liquidez Geral [(A)+(B)]/[(C)+(D)]	0,58	0,99	1,01
Ativo Circulante (A)	7.931.902	3.318.191	3.502.091
Aplicações Financeiras de longo prazo	1.265.000	5.465.142	1.225.282
Impostos diferidos	2.504.883	1.034.446	579.509
Depósitos judiciais	1.822.767	417.478	246.528
Despesas de comercialização diferida	510.212	172.025	142.229
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	10.959
Outros Créditos com partes relacionadas	3.498	3.525	3.448
Outros Ativos	113.620	56.138	45.837
Ativo realizável a longo prazo (B)	6.219.980	7.148.754	2.253.792
Passivo Circulante (C)	7.474.525	3.184.452	2.120.613
Passivo Não Circulante (D)	16.982.494	7.276.943	3.567.377

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada permitem a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional e para embasar determinadas decisões de natureza administrativa, tais como o impacto na remuneração da alta gestão da Companhia (executivos estatutários e não estatutários). O Índice de Liquidez Geral, por sua vez, permite a compreensão acerca da condição de solvência da Companhia, ou seja, funciona como ferramenta para medir e acompanhar a capacidade da Companhia de arcar com suas obrigações de curto e longo prazo.

² Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era "Receita operacional líquida". A nomenclatura utilizada neste item 2.5 refere-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

³ Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a nomenclatura utilizada para os ajustes do EBITDA era "Transações com pagamento baseado em ações". A nomenclatura utilizada neste item 2.5 refere-se ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes: identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Ocorreram os seguintes eventos após 31 de dezembro de 2022, data base das últimas demonstrações financeiras da Companhia, cuja emissão ocorreu em 28 de fevereiro de 2023:

(i) Debêntures – Pagamento antecipado

Em 6 de janeiro de 2023, a controlada indireta BCBF realizou o pagamento antecipado parcial de debêntures não conversíveis, emitidas em 22 de setembro de 2020 e 4 de novembro de 2020 (BCBF14 e BCBF15 – 4.^a e 5.^a emissão), no montante de R\$ 634.392 mil e R\$ 269.989 mil, respectivamente.

(ii) Aquisição grupo HB Saúde – Conclusão da operação

Em julho de 2021, a Companhia e suas controladas celebraram com a diretoria do Grupo HB Saúde uma proposta vinculante para a aquisição do grupo. O Grupo HB Saúde de São José do Rio Preto (SP) é composto pelas seguintes entidades: H.B. Saúde S/A, H.B. Saúde Prestação de Serviços Médicos Ltda., Centro Integrado de Atendimento Ltda. e HB Saúde Centro de Diagnóstico Ltda. (Grupo HB Saúde).

Em 02 de janeiro de 2023, a Companhia, por meio da sua subsidiária Hapvida Assistência Médica S.A., após a conclusão das aprovações dos órgãos reguladores, e cumprimento das condições precedentes previstas em Contrato, concluiu a aquisição do grupo HB Saúde, em linha com sua estratégia de expansão e consolidação nacional.

O preço de aquisição é de R\$ 650 milhões, sujeito ao desconto do endividamento líquido e retenção para garantia de eventuais contingências.

(iii) Ofício circular nº 01/2023/CVM/SNC/SEP

No dia 08 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o STF se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do STF determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

Da forma como está posta, a referida decisão impacta a operadora da Companhia, sua subsidiária Hapvida Assistência Médica S.A. (Operadora Hapvida), com sede em Fortaleza/CE, em relação ao Imposto Sobre Serviços (ISS). No ano 2000, transitou em julgado favoravelmente à Operadora Hapvida decisão no sentido de que esta não estava obrigada a recolher o ISS a Fortaleza, município legalmente competente tendo em

2.6 Eventos subsequentes as DFs

vista o local da sede da operadora, uma vez que sua atividade não correspondia a prestação de serviços sujeita ao recolhimento do tributo (Decisão ISS Hapvida). Desde então, portanto, a Operadora Hapvida não vem realizando a apuração e o recolhimento de ISS ao Município de Fortaleza.

Em 2016, o STF decidiu, em sede de repercussão geral (Tema 581 – Recurso Extraordinário 651.703), que as operadoras de planos de saúde se enquadram como prestadoras de serviços sujeitas ao ISS, conclusão em sentido diverso da Decisão ISS Hapvida. Tal decisão, porém, foi objeto de uma série de embargos de declaração, que modificaram o escopo e extensão do julgado, de modo que a decisão transitou em julgado em maio de 2022 (Decisão Repercussão Geral ISS).

Dado o atual contexto, em que (i) não são conhecidos os termos exatos da Decisão Relativização Coisa Julgada; e (ii) existe incerteza quanto ao desfecho final da discussão sobre a modulação dos efeitos; a administração da companhia entende que, ao adotar o princípio da anterioridade, considerando o trânsito em julgado da Decisão Repercussão Geral ISS de maio de 2022, não deve haver a constituição de provisão referente a períodos retroativos.

Com a publicação do acórdão da Decisão Relativização Coisa Julgada, a Companhia terá maior visibilidade para definir sua estratégia jurídica e contábil em relação ao tema. Vale esclarecer que, em qualquer cenário, de acordo com pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a qual foi mencionada como acertada pelo STF na própria Decisão Repercussão Geral ISS, os custos havidos para a realização dos atendimentos assistenciais dos beneficiários (sinistralidade) devem ser deduzidos da base de cálculo do imposto, o que mitigará o impacto no caixa.

Dado o atual contexto, em que (i) não são conhecidos os termos exatos da Decisão Relativização Coisa Julgada; (ii) existe incerteza quanto ao desfecho final da discussão sobre a modulação dos efeitos; e (iii) a decisão é passível de oposição de embargos de declaração que deverá ocorrer brevemente, o que, em tese, pode resultar em alguma revisão da decisão e sua extensão, até mesmo mudança de posicionamento do voto de ministros; a administração da companhia entende que, ao adotar o princípio da anterioridade, considerando o trânsito em julgado da Decisão Repercussão Geral ISS de maio de 2022, não deve haver a constituição de provisão referente a períodos retroativos.

(iv) Emissão de debêntures

Em 24 de fevereiro de 2023, o conselho de administração da Companhia aprovou a realização da 4.^a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da Companhia, no valor total de R\$ 750.000 mil (Debêntures e Emissão, respectivamente).

As Debêntures contarão com garantia fidejussória na forma de fiança outorgada por sua subsidiária integral, a Ultra Som, e serão objeto de oferta pública de distribuição nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (Oferta), e serão direcionadas exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução da CVM n.º 30/2021. A colocação das Debêntures ocorrerá sob regime de garantia firme de colocação para o montante total da Emissão.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

A Emissão foi realizada em série única, sendo que as Debêntures farão jus a juros remuneratórios correspondentes à 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Taxa DI), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 1,70% ao ano, base 252 dias úteis e terão vencimento em 2024. O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em uma única parcela, na data do vencimento.

Os recursos líquidos a serem captados serão utilizados para pagamento de aquisições já anunciadas pela Companhia e suas controladas, bem como para reforço de caixa.

A efetiva conclusão da Emissão e a liquidação financeira das Debêntures estão sujeitas ao atendimento de uma série de condições precedentes, como de praxe em operações similares. A Companhia informará seus acionistas e o mercado em geral tempestivamente acerca de quaisquer atualizações relevantes sobre o tema.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Destinação dos resultados: os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2022	2021	2020
a. regras sobre retenção de lucros	<p>(i) No mínimo, 5% dos lucros líquidos do exercício social deverão ser destinados obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% do capital social ou no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes da reserva de capital exceder o montante equivalente à 30% do capital social.</p> <p>(ii) importância, eventualmente proposta dos órgãos da administração, destinada à formação de reserva para contingências e revisão das mesmas reservas formadas em exercício anteriores.</p> <p>(iii) após destinação do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas e de eventual saldo remanescente como dividendo ou juros sobre capital próprio, até 100% do valor remanescente será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o saldo de tal reserva, considerado em conjunto com o saldo da reserva legal, não poderá exceder valor equivalente ao capital social da Companhia.</p> <p>(iv) havendo saldo remanescente, este poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser retido com base em orçamento de capital aprovado nos termos da Lei das S.A.</p>	<p>(i) No mínimo, 5% dos lucros líquidos do exercício social deverão ser destinados obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% do capital social ou no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes da reserva de capital exceder o montante equivalente à 30% do capital social.</p> <p>(ii) importância, eventualmente proposta dos órgãos da administração, destinada à formação de reserva para contingências e revisão das mesmas reservas formadas em exercício anteriores.</p> <p>(iii) após destinação do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas e de eventual saldo remanescente como dividendo ou juros sobre capital próprio, até 100% do valor remanescente será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o saldo de tal reserva, considerado em conjunto com o saldo da reserva legal, não poderá exceder valor equivalente ao capital social da Companhia.</p> <p>(iv) havendo saldo remanescente, este poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser retido com base em orçamento de capital aprovado nos termos da Lei das S.A.</p>	<p>(i) No mínimo, 5% dos lucros líquidos do exercício social deverão ser destinados obrigatoriamente para a reserva legal até atingir o montante equivalente à 20% do capital social ou no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes da reserva de capital exceder o montante equivalente à 30% do capital social.</p> <p>(ii) importância, eventualmente proposta dos órgãos da administração, destinada à formação de reserva para contingências e revisão das mesmas reservas formadas em exercício anteriores.</p> <p>(iii) após destinação do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas e de eventual saldo remanescente como dividendo ou juros sobre capital próprio, até 100% do valor remanescente será destinado à reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos e Expansão", cuja finalidade é a de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas, sendo que o saldo de tal reserva, considerado em conjunto com o saldo da reserva legal, não poderá exceder valor equivalente ao capital social da Companhia.</p> <p>(iv) havendo saldo remanescente, este poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser retido com base em orçamento de capital aprovado nos termos da Lei das S.A.</p>
a.i. valores das retenções de lucros (em R\$ mil)	<p><u>Prejuízos auferidos transferidos a conta de prejuízos acumulados:</u></p> <p>R\$ 775.839 mil.</p> <p><u>Reserva Legal:</u> em consequência de apuração de prejuízo, não foi constituído reserva legal.</p> <p><u>Reserva de lucros para investimentos e expansão:</u> em consequência de apuração de</p>	<p><u>Retenções de Lucros:</u></p> <p>R\$ 337.576.981,34</p> <p><u>Reserva Legal:</u></p> <p>R\$ 24.889.709,53</p>	<p><u>Retenções de Lucros:</u></p> <p>R\$ 530.436.442,69</p> <p><u>Reserva Legal:</u></p> <p>R\$39.173.212,78.</p>

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
	prejuízo, não foi constituído tal reserva.		
a. ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Reserva Legal: Não aplicável em função de prejuízo auferido no exercício.</p> <p>Reserva de lucros para investimentos e expansão: Não aplicável em função de prejuízo auferido no exercício</p>	<p>Retenções de Lucros: 68%</p> <p>Reserva Legal: 5%</p>	<p>Retenções de Lucros: 68%</p> <p>Reserva Legal: 5%</p>
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>Em 31 de dezembro de 2022, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, calculado sobre o saldo obtido com deduções e acréscimos referentes a reserva legal e/ou eventual reserva para contingências.</p> <p>Prevía ainda que uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente após constituição da reserva legal, de eventual reserva de contingências e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, poderia, mediante proposta dos órgãos da administração, ser distribuída como dividendos ou juros sobre capital próprio complementares.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, calculado sobre o saldo obtido com deduções e acréscimos referentes a reserva legal e/ou eventual reserva para contingências.</p> <p>Prevía ainda que uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente após constituição da reserva legal, de eventual reserva de contingências e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, poderia, mediante proposta dos órgãos da administração, ser distribuída como dividendos ou juros sobre capital próprio complementares.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2020, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, calculado sobre o saldo obtido com deduções e acréscimos referentes a reserva legal e/ou eventual reserva para contingências.</p> <p>Prevía ainda que uma parcela correspondente a até 100% do saldo remanescente após constituição da reserva legal, de eventual reserva de contingências e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, poderia, mediante proposta dos órgãos da administração, ser distribuída como dividendos ou juros sobre capital próprio complementares.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A política de distribuição de dividendos prevista no estatuto social segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, levantar demonstrações financeiras semestrais ou em períodos menores, podendo distribuir dividendos intermediários ou intercalares com base em tais demonstrações financeiras, observados os limites legais aplicáveis. Os dividendos intercalares, os dividendos intermediários e o dividendo obrigatório poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. Além disso, em junho de 2021 foi aprovada política de distribuição de proventos que prevê a possibilidade de declaração trimestral de juros sobre capital próprio ou dividendos, a depender de</p>	<p>A política de distribuição de dividendos prevista no estatuto social segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, levantar demonstrações financeiras semestrais ou em períodos menores, podendo distribuir dividendos intermediários ou intercalares com base em tais demonstrações financeiras, observados os limites legais aplicáveis. Os dividendos intercalares, os dividendos intermediários e o dividendo obrigatório poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. Além disso, em junho de 2021 foi aprovada política de distribuição de proventos que prevê a possibilidade de declaração trimestral de juros sobre capital próprio ou dividendos, a depender de</p>	<p>A política de distribuição de dividendos prevista no estatuto social segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, levantar demonstrações financeiras semestrais ou em períodos menores, podendo distribuir dividendos intermediários ou intercalares com base em tais demonstrações financeiras, observados os limites legais aplicáveis. Os dividendos intercalares, os dividendos intermediários e o dividendo obrigatório poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.</p>

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
	aprovação do conselho de administração da Companhia.	aprovação do conselho de administração da Companhia.	
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das S.A., não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das S.A., não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das S.A., não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
e. política de destinação de resultados	O próprio estatuto social da Companhia prevê a destinação de resultados tendo sido aprovada Política de Distribuição de Proventos pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2021. A referida política está disponível no site de relações com investidores da Companhia: https://ri.hapvida.com.br/ .	O próprio estatuto social da Companhia prevê a destinação de resultados tendo sido aprovada Política de Distribuição de Proventos pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2021. A referida política está disponível no site de relações com investidores da Companhia: https://ri.hapvida.com.br/ .	O próprio estatuto social da Companhia prevê a destinação de resultados, não havendo política específica, formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens não evidenciados: os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Não há ativos e passivos, sobre os quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estejam divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Itens não evidenciados: em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Plano de negócios: os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia investiu R\$ 523.718 mil, R\$ 587.797 mil e R\$ 233.603 mil em aquisição de imobilizado e R\$ 212.273 mil, R\$ 120.279 mil e R\$ 132.391 mil em aquisição de intangíveis.

Adicionalmente, a Companhia tem como principal objetivo em 2023 utilizar os recursos provenientes de geração de caixa operacional para:

- **Manutenção e expansão das instalações existentes**

Serão mantidos os investimentos na melhoria contínua da estrutura de unidades que já estão em operação, contemplando ampliação e/ou modernização das instalações físicas dos hospitais, unidades de diagnóstico por imagem, laboratórios, pronto atendimentos e clínicas, gerando expansão da capacidade de atendimento dos clientes mediante abertura de novos leitos, consultórios e postos de coleta e, consequentemente, resultando na aquisição de máquinas e equipamentos hospitalares para uso nos novos espaços inaugurados; e

- **Ampliação da infraestrutura própria de atendimento**

A Companhia prevê a abertura de novos hospitais como forma de aumentar a verticalização dos atendimentos, principalmente nas regiões em que a Companhia recentemente realizou aquisições.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento da Companhia, além das retenções de lucro conforme a proposta de orçamento de capital, provém da sua geração de caixa operacional e transações no mercado de capitais.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 27 de março de 2023, foi celebrado o instrumento vinculante para operação de sale & leaseback (SLB) com a L PAR Imóveis Ltda., um veículo de investimento da Família Pinheiro (LPAR), controladora da Companhia, de 10 imóveis de propriedade de controladas da Companhia, no montante de R\$1.250.000.000,00 (Valor de Compra do SLB), que será integralmente pago até 28 de abril de 2023.

Nos termos do SLB, a LPAR receberá um valor de aluguel mensal de R\$8.854.166,00 + variação anual do IPCA, pelo prazo de 20 anos a se iniciar em maio de 2023, o qual poderá ser estendido discricionariamente pela LPAR. A Companhia tem a opção de recomprar os 10 imóveis objeto do SLB a partir (i) do 36º mês da data de assinatura do SLB pelo preço de 1,27x o Valor de Compra do SLB e (ii) a partir do 60º mês da

2.10 Planos de negócios

data de assinatura do SLB pelo preço de 1,53x o Valor de Compra do SLB.

Com base na avaliação de 6 propostas recebidas após um processo competitivo, a proposta da LPAR superou as demais e apresentou os termos e condições mais favoráveis à Companhia. Todos os investidores que participaram do processo tiveram acesso aos termos ofertados pela LPAR, e foi oferecido o direito de *right to match* a exclusivo critério dos investidores em relação à proposta da LPAR – nenhum dos investidores escolheu exercer esse direito.

O processo e a escolha da melhor proposta foram apreciados pelo Comitê de Finanças, Mercado de Capitais e M&A, pelo Comitê de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance e aprovado pelo Conselho de Administração da Hapvida. A conclusão do SLB deverá ocorrer até 28 de abril de 2023. Essa transação está em linha com a estratégia da Companhia, de ser mais “asset light”. A totalidade dos imóveis objeto do SLB vêm de entidades que foram adquiridas pela Companhia desde a sua abertura de capital (IPO).

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Nesta data, a Companhia não possui investimentos em andamento ou previstos.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Nos termos do item 1.16 deste Formulário de Referência, a Companhia tem estratégia ASG estruturada e desenvolve iniciativas ligadas às referidas temáticas. Adicionalmente, e guiada por sua estratégia ASG, a Companhia vem avaliando novas oportunidades conectadas a tais questões que venham a implicar em inovações materiais em seu plano de negócios, as quais serão devidamente divulgadas neste item quando definidas.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Aquisição de Carteiras

Em complemento ao item 2.4 (b) acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou a aquisição da carteira de beneficiários do Plano de Assistência Médica e Hospitalar do Estado de Goiás S.A. – PLAMHEG (PLAMHEG) e da Samedh - Multi Saúde – Assistência Médica e Hospitalar Ltda. (SAMEDH), ambos pela sua subsidiária integral Hapvida Assistência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 – Gerenciamento de riscos: em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Em 29 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a “Política Corporativa de Gestão de Riscos” (Política de Riscos), que é aplicável à Companhia e às suas controladas. A Política de Riscos tem por objetivo assegurar boas práticas de gestão de riscos da Companhia, considerando a sua estratégia, processos, metodologias, exigências regulatórias, pessoas e ativos, e deve ser revisada pela alta administração periodicamente. Em 23 de novembro de 2022, a Política de Riscos foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração visando alinhamento de sinergias e aculturação após a combinação dos negócios entre a Companhia e a NotreDame Intermédica Participações S.A. (NDI).

A Política de Riscos da Companhia foi elaborada com base em recomendações metodológicas reconhecidas internacionalmente, sendo elas o Modelo COSO ERM (Comitê das Organizações Patrocinadoras, *Enterprise Risk Management*), o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a Norma ABNT NBR ISO 31.000 (Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes), as Resoluções Normativas Nº 507 e 518 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, o Código de Ética e Conduta e demais normativos internos da Companhia.

A Política de Riscos estabelece os princípios do ciclo de gestão de riscos (identificar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar) conforme figura abaixo:



O ciclo de gestão de riscos corporativos corresponde à descrição das diversas atividades que são desenvolvidas para que o perfil de riscos seja gerado e comunicado para as diversas partes interessadas. O ciclo de gestão de riscos está interligado aos demais processos de gestão da Companhia, sendo suas etapas descritas a seguir:

- **Identificar:** A identificação dos riscos deve ser realizada considerando objetivos estratégicos da Companhia, os desenhos dos processos vigentes e os produtos e serviços oferecidos aos clientes.

O procedimento de identificação de riscos deve ser realizado anualmente ou quando houver mudança significativa na estrutura dos processos ou da organização, sempre alinhado ao exercício do planejamento estratégico da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Avaliar:** Abrange os processos de categorização, levantamento e entendimento das causas, do impacto potencial e da probabilidade de ocorrência dos riscos identificados, levando em consideração a existência, eficiência e eficácia dos controles, resultando na apresentação de uma matriz de riscos. A matriz de riscos deve ser preenchida de maneira a permitir o entendimento dos critérios utilizados, bem como a formalização do racional utilizado para definição de cada um dos campos de análise utilizados para a avaliação dos riscos.

Para garantir a padronização e a linguagem corporativa dos riscos, bem como facilitar o reporte e comunicação do processo de gestão de riscos para as instâncias de governança correspondentes, a Companhia realiza a avaliação da sua exposição para as categorias de risco citadas no item 5.1.b.i abaixo.

- **Priorizar:** A avaliação com os critérios estabelecidos fornece um mapa dos riscos, proporcionando um mecanismo para priorização destes e, consequentemente, o direcionamento dos esforços para minimizar os riscos mais significativos através de uma estrutura de controles internos alinhada com os objetivos da Companhia.

Os riscos priorizados são aqueles de maior criticidade e que apresentam um maior impacto para a Companhia em caso de ocorrência.

O grau de criticidade dos riscos também deve ser considerado na definição do prazo e prioridade dos planos de ação. De maneira geral, os prazos de implementação dos planos de ação para os riscos de maior criticidade devem ser menores do que os dos planos de ação de menor criticidade.

A criticidade final deve ser considerada, ainda, na definição da instância de governança a ser comunicada sobre o evento de risco e que será responsável pela tomada de ação para o tratamento adequado.

A régua definida para o gerenciamento de riscos considera a seguinte escala de impacto e probabilidade:

- 5 - Muito alto
- 4 - Alto
- 3 - Médio
- 2 - Baixo
- 1 - Muito baixo

Considerando os **impactos** em:

- Financeiro
- Continuidade (Operação/Duração)
- Conformidade
- Meio Ambiente

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Reputação e Imagem
- Segurança do paciente

E **probabilidade** de ocorrência:

- Muito Alta: Mensalmente / maior que 80%;
 - Alta: Quadrimestralmente / de 60% a 79%;
 - Média: Semestralmente / de 30% a 59%;
 - Baixa: Anual / de 10% a 29%;
 - Muito Baixa: Bienal / menor que 10%.
- **Tratar:** O tratamento (resposta) ao risco é definido após o resultado da criticidade calculada para os eventos de riscos da Companhia. O processo de resposta materializa-se através de ações de mitigação via elaboração de planos de tratamento para o risco identificado, bem como a identificação de seus respectivos responsáveis, datas alvo para implementação e a estimativa de custos associados. As ações visam diminuir o impacto e/ou a probabilidade de ocorrência do risco.

Os intervalos de tempo abaixo são definidos para classificação de prazos para implementação de ações e/ou demais atividades inerentes à gestão de riscos na Companhia:

Avaliação do evento de risco	Hierarquia para aceitação de riscos e postergação dos planos de ação	Escala de priorização
Muito Alto	Conselho de Administração	Ações de Curto Prazo (90 dias)
Alto	Diretoria Executiva	Ações de Médio Prazo (180 dias)
Médio	Co-CEO's	Ações de Longo Prazo (270 dias)
Baixo	NO Risk Owner	Ações de Baixa Priorização (365 dias)

- **Monitorar:** A etapa de monitoramento tem como principal objetivo a avaliação contínua do ambiente de riscos da Companhia. O monitoramento é realizado em bases regulares através de reuniões periódicas e por meio de indicadores chaves de risco – KRIs, levando em consideração os seguintes elementos:
 - (i) Variações nos indicadores de acompanhamento ou em elementos externos à organização que sejam refletidos na avaliação da criticidade do risco, seja por alterações da probabilidade de ocorrência ou do impacto potencial associado à materialização do evento;
 - (ii) Acompanhamento da implementação e eficácia das ações de resposta elencadas para os eventos de risco; e
 - (iii) Alinhamento das exposições com os níveis de apetite a risco definidos pela Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Adicionalmente, a Companhia possui uma normativa para realizar investimentos com seu estoque de capital, a "Normativa Administrativa 055.002-000 - Diretrizes para Investimentos em Instrumentos Financeiros" (Política de Investimentos). Esse direcionamento foi aprovado pela Diretoria Estatutária da Companhia em 07 de maio de 2017 e atualizado em dezembro de 2020. A Política de Investimentos possui as seguintes premissas (i) limitar a exposição a riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e legal quanto às aplicações financeiras, garantindo a preservação do patrimônio de longo prazo da Companhia e suas controladas; (ii) manter uma gestão eficiente e otimizada a fim de garantir a suficiência de caixa; (iii) não transacionar derivativos de qualquer natureza ou moedas estrangeiras e ativos financeiros com exposição cambial, ressalvadas quando tiverem por finalidade constituição de hedge para passivos financeiros ou operacionais; (iv) investir por meio de entidades da Companhia e suas controladas ou, indiretamente, por meio de fundos de investimentos abertos, restritos ou dedicados, dos quais sejam cotistas de: a) títulos públicos federais; b) títulos ou valores mobiliários emitidos por instituição financeira (CDBs, LF, LCI, LCA, DPGE, CCBs e demais produtos de renda fixa); c) títulos ou valores mobiliários emitidos por companhias abertas (debêntures, notas Promissórias, CRI, CRA, afins); d) compromissadas lastreadas nos ativos mencionados anteriormente; e e) alocação dos ativos garantidores, ou aplicações financeiras vinculadas, deverá seguir os limites de concentração de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 521/2022.

Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à Política de Investimentos em instrumentos financeiros.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Riscos tem o objetivo de determinar as diretrizes a serem observadas pelos profissionais do Grupo Hapvida para as atividades de gerenciamento de riscos, bem como determinar as áreas envolvidas, os seus papéis e responsabilidades e buscar reduzir os níveis de exposição a perdas. A elaboração da política também levou em consideração os seguintes objetivos:

- Adotar a estrutura e processos de gerenciamento de riscos compatíveis com a natureza das atividades do Grupo Hapvida e complexidade dos produtos e serviços oferecidos;
- Contar com uma metodologia reconhecida pelo Grupo Hapvida e pelo mercado, para atender também às exigências de agentes externos e órgãos reguladores e fiscalizadores;
- Avaliar, continuamente, os riscos quanto aos aspectos de impacto e probabilidade de ocorrência, de forma a permitir sua priorização para fins de tratamento;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia; e
- Acompanhar as modificações no ambiente regulatório, garantindo a conformidade dos produtos e serviços às normas internas e externas vigentes.

Já com relação a Política de Investimento, esta determina detalhadamente o nível de risco, nível de liquidez e a rentabilidade mínima dos instrumentos em que a Companhia pode investir, bem como a classificação das instituições custodiantes ou administradoras dos investimentos, com limite de investimento em uma única instituição, condições de aprovação de resgate antecipado de investimentos, entre outros detalhes.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A partir da avaliação realizada pela Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos, com base em metodologias de mensuração qualitativa e quantitativa, os riscos para os quais se busca proteção são categorizados como risco de *compliance*, estratégico, financeiro e operacional/assistencial. Com base na metodologia de gestão de riscos, a Companhia avalia seus riscos em cinco níveis (Muito alto, Alto, Médio, Baixo e Muito Baixo). As avaliações e as respostas a tais riscos são apresentadas pela Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos, sob supervisão do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance, para discussão com as alçadas hierárquicas conforme aprovado pelo Conselho de Administração. A eventual aceitação de riscos também deve respeitar a mesma governança aprovada.

Explica-se abaixo o que se considera em cada categoria citada anteriormente:

- **Risco de *Compliance*:** está sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as Leis Anticorrupção, e demais regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta, questões ambientais, padrões de boas práticas e políticas e procedimentos internos. Incluem, também, os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos;
- **Risco Estratégico:** são aqueles associados à implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que impede, atrasa ou distorce o atingimento dos objetivos da Companhia. Também definidos como aqueles relacionados à busca de criação, proteção e crescimento de valor da Companhia;
- **Risco Financeiro:** são os associados à gestão e controle ineficazes dos recursos financeiros da Companhia ou àqueles que impactam diretamente nestes ativos. Esta categoria compreende, mas não se limita, aos riscos de Mercado (flutuações de câmbio, taxas de juros, *commodities* etc.), Crédito e Liquidez; e
- **Risco Operacional / Assistencial:** são aqueles decorrentes de falhas, deficiências, ineficiências ou inadequação de processos, pessoas e sistemas. Estes riscos podem ocorrer tanto nas áreas de negócio (assistencial, comercial, suprimentos etc.) quanto nas áreas de apoio (financeiro, Tecnologia da Informação, Recursos Humanos etc.).

Por meio da Política de Investimento e da prática de gerenciamento de riscos, a Companhia busca se proteger de riscos relacionados à flutuação das taxas de juros, de inflação, de câmbio e da constituição de reserva para o ativo garantidor.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Os responsáveis pela definição dos planos de ação são os executivos das diferentes áreas da Companhia, com o assessoramento da Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos, que atua a nível gerencial através da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos.

A Diretoria Executiva Estatutária e o Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance acompanham o resultado por meio de atualizações periódicas e realizam questionamentos à Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos, quando necessário.

As demais áreas de negócio, enquanto *Risk Owners*, são responsáveis por colocar em prática os planos de ação elaborados pelos executivos das diferentes áreas, bem como pela gestão contínua dos riscos e exploração de oportunidades de aprimoramento de controles internos e pela propagação de uma cultura de desenvolvimento dos processos, sistemas e controles, inclusive de TI, e no suporte ao atingimento das metas e objetivos estratégicos da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Por sua vez, a Gerência de Gestão de Riscos e Controles Corporativos tem a responsabilidade de averiguar, mensalmente, a implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos, assim como auxiliar na definição e acompanhamento de indicadores de riscos (quando implementados) para o negócio da Companhia.

Adicionalmente, especialmente com relação aos riscos de mercado, conforme elencados no item 4.3 deste Formulário de Referência, a Companhia utiliza os seguintes instrumentos para proteção:

- ***Risco de liquidez:***

A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso das saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores). A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar. As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus serviços. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Companhia e suas controladas, e são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas tenham caixa suficiente para atender às necessidades legais e operacionais. Essa previsão leva em consideração a geração de caixa da Companhia e suas controladas.

- ***Risco de crédito:***

O risco de crédito para a Companhia e suas controladas é considerado como baixo pela administração, principalmente para a operadora de planos de saúde em que as mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços. A maior parte do risco do contas a receber da Companhia e suas controladas é relacionado ao período de cobertura. Cerca de 48% do contas a receber possui mais de 60 dias em atraso. Além disso, para reduzir o risco de pagar os custos do tratamento sem o recebimento, a Companhia adota a prática do cancelamento dos planos em atraso, conforme regulamentado pela ANS.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que consiste na utilização de fatores relacionados às perdas observadas em séries temporais recentes, ajustando as taxas históricas de perdas de modo a refletir as condições atuais e previsões razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras em relação a contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionadas a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Companhia e suas controladas avaliem não ser possível recuperar o montante devido; nesta ocasião, os montantes são considerados irrecuperáveis e são registradas contra o ativo financeiro diretamente.

De forma geral, a Companhia e suas controladas mitigam seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, a Companhia e suas controladas cancelam os planos de acordo com as regras da ANS.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Risco de subscrição:**

Cada empresa de médio e grande portes possui sua taxa de sinistralidade calculada anualmente, quando a Companhia e suas controladas estão negociando os reajustes de preço de planos de saúde e/ou odontológico (clientes individuais são regulados pela ANS). Com base nos resultados históricos de utilização da rede de atendimento controlada por biometria, e com base nas expectativas de custo relacionadas a esses clientes, é determinado o aumento de preço desse contrato. Essa prática mitiga o risco do cliente de trazer perdas constantes para a Companhia e suas controladas.

- **Risco de taxa de juros:**

A Companhia e suas controladas possuem contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados para reduzir a exposição a oscilações de taxas de juros (SWAP taxa de juros), não possuindo propósito especulativo.

Em maio de 2022, a Companhia contratou instrumentos derivativos de liquidação financeira (*Swap* de ações ou *Equity swap*), por meio dos quais estabelece relações de troca de resultados de fluxos financeiros futuros, referenciadas na variação do preço das ações de emissão da Companhia (ponta ativa) e de um percentual acordado com a contraparte das taxas médias referenciadas de depósitos interfinanceiros – CDI (ponta passiva).

Nessa sistemática, a estratégia de proteção patrimonial da Companhia é atrelar seus passivos aos mesmos índices de correção dos seus ativos. O principal indexador utilizado pela Companhia é a taxa DI.

Os instrumentos utilizados para a proteção patrimonial são:

(a) *SWAP* DE TAXAS DE JUROS. A Ultra Som Serviços Médicos S.A., subsidiária integral da Companhia, emitiu debêntures que lastrearam a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) pela Virgo Securitizadora. O CRI tem correção monetária e juros remuneratórios em IPCA + 5,7505%. Com a finalidade de proteção contra oscilação do IPCA, foram realizados contratos de swap cujo ajuste médio ponderado ficou em 113,32% do CDI; e

(b) *SWAP* CAMBIAL. A Notre Dame Intermédica Saúde S.A., controlada da Companhia, realizou operações na modalidade de empréstimo 4131 (referência a aplicação da lei 4.131/62). Com finalidade de se proteger da variação cambial, contratou instrumentos derivativos de moeda (NDF).

- Parâmetros adicionais utilizados para o gerenciamento de riscos:

A Companhia avalia periodicamente se os investimentos que realizou estão de acordo com a sua Política de Investimento. Também realiza a subsunção de eventuais novos investimentos de acordo com a Política de Investimento.

A Companhia também avalia mensalmente se as dívidas do grupo Hapvida contratadas em moeda estrangeira ou com indexadores de inflação estão protegidas por instrumentos de *hedge*.

- Constituição de reserva para os ativos garantidores

A apuração das provisões técnicas é realizada mensalmente pela Diretoria de Atuária e a atualização da mensuração dos ativos garantidores é realizada trimestralmente pela Diretoria de Controladoria, de acordo com os critérios previstos na Resolução Normativa da ANS nº 521/2022. O quadro de provisões técnicas detalha a natureza das provisões e as composições das obrigações relacionadas com o SUS em razão das particularidades previstas na mencionada normativa.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O quadro de provisões técnicas utilizado para aplicação dos ativos garantidores deverá conter a validação e ciência, por *e-mail*, do contador, atuário e Diretor Vice-presidente financeiro da Companhia.

A Companhia acompanha mensalmente a rentabilidade dos recursos aplicados em fundos de investimentos dedicados ao setor de saúde suplementar, bem como o gerencia o fluxo de caixa no sentido de sempre deixar uma folga financeira para eventuais urgências que necessitem de dispêndio imediato de capital.

(1) Procedimentos de aplicação

Os procedimentos de aplicação atenderão às premissas e aos critérios previstos na tabela de segmentação e limites dos instrumentos financeiros da Companhia e às diretrizes definidas no gerenciamento de riscos. Serão segmentados em ativos garantidores e ativos livres em virtude das particularidades inerentes de cada processo.

(a) Ativos Garantidores

Após a validação do quadro de provisões técnicas com a definição do valor da aplicação, a área Financeira aportará os recursos nos fundos dedicados ANS restritos ao grupo ou apresentará as opções dos Fundos de Investimentos Dedicados Conveniados com um resumo de desempenho e sugestão de aplicação. Neste caso, a Vice-presidência financeira analisará os resultados e levará para aprovação da Diretoria Financeira.

(b) Ativos Livres

Diariamente, após a apuração da disponibilidade de caixa para investimentos em instrumentos financeiros, a área financeira realizará as aplicações nos fundos de investimentos em renda fixa e em caso de necessidade de outras alocações, cotará as alternativas de investimentos, no mínimo três, em CDBs, compromissadas e títulos do tesouro e apresentará um resumo de desempenho e sugestão de aplicação através dos formulários de cotação à Diretoria Financeira.

Nos casos de vencimento dos contratos de aplicações vigentes ou disponibilidade extraordinária de recursos, serão aplicados os mesmos procedimentos previstos para os saldos de geração de caixa livre para investimentos em instrumentos financeiros.

Após a decisão, a área Financeira realizará o aporte no instrumento financeiro selecionado, emitindo e registrando a nota de aplicação.

(2) Procedimentos de resgate e movimentação

Os procedimentos de resgates e movimentações atenderão às premissas e aos critérios previstos na tabela de segmentação e limites dos instrumentos financeiros da Companhia e as diretrizes definidas no gerenciamento de riscos. Serão segmentados em ativos garantidores e ativos livres em virtude das particularidades inerentes de cada processo.

(a) Ativos Garantidores

Os resgates e movimentações dos ativos garantidores serão realizados apenas nos ajustes de redução das provisões técnicas, após a validação do quadro de provisões técnicas, ou em casos de revisão da estratégia de distribuição entre Fundos de Investimentos Dedicados aprovada, exclusivamente, pela Diretoria Executiva. Após a decisão de resgate ou movimentação, a área Financeira prepara o requerimento para resgate/movimentação específica de títulos e valores mobiliários, definido pela ANS, para assinatura do representante legal homologado na agência. Em seguida, a área de relacionamento com a ANS protocola o pedido e monitora a devolutiva. Nos casos de deferimento, a área Financeira arquiva a confirmação, formaliza o resgate ou movimentação com as instituições financeiras, processa a operação no sistema e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

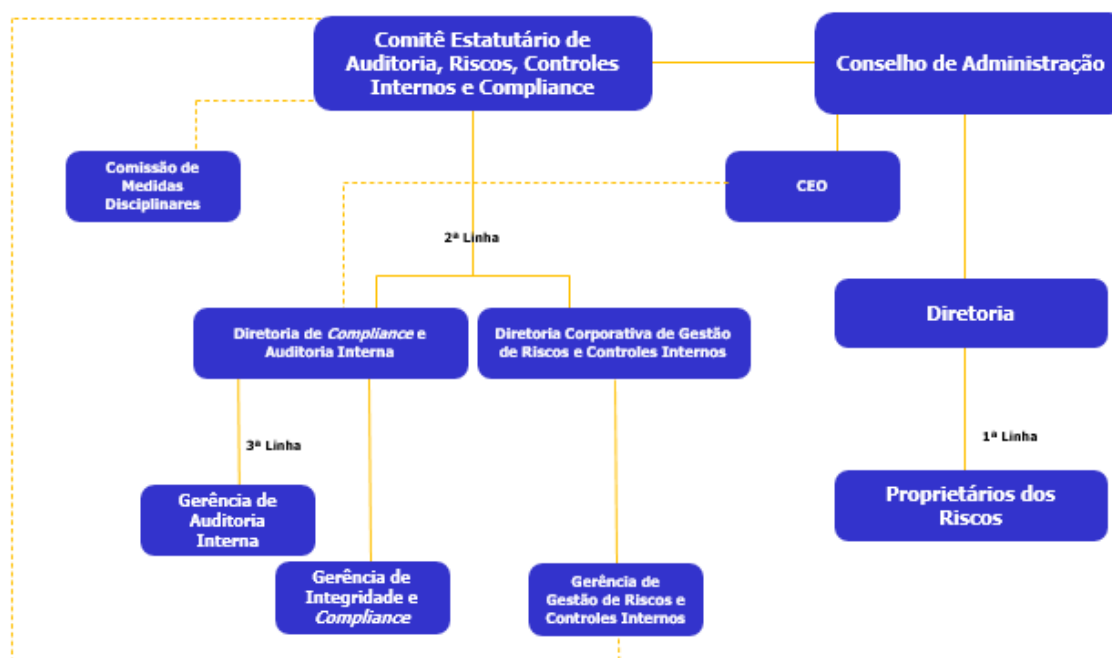
emite o extrato da operação. Nos casos de indeferimento, a área Financeira e Relacionamento com a ANS analisam os motivos e tratam as devidas soluções.

(b) *Ativos Livres*

Os resgates e movimentações dos ativos livres serão realizados apenas nos vencimentos dos instrumentos financeiros ou em casos eventuais de solicitação da Diretoria Executiva para realização de investimentos orgânicos, aquisições, recomposição de caixa ou distribuição de dividendos aprovados nos devidos mecanismos societários. Nas situações que envolvem novas aplicações, serão adotados os procedimentos previstos no item Procedimentos de Aplicações – Ativos Livres.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com a participação de diversos órgãos e áreas, conforme demonstradas no organograma abaixo:



Neste sentido, compete ao **Conselho de Administração**:

- Estabelecer os objetivos estratégicos, financeiros e não financeiros, que direcionam o mapeamento e identificação de riscos;
- Determinar o Apetite a Riscos e estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes ou com probabilidade rara de materialização;
- Tomar decisões com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Aprovar quaisquer mudanças na Política de Riscos;
- Revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance e pela Gerência de Riscos e Controles Internos; e
- Garantir a independência da Gerência de Riscos e Controles Internos

Já o **Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance**, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, com autonomia operacional, tem como competências:

- Apoiar o Conselho de Administração (CA) na execução da estratégia de gerenciamento de riscos, bem como a gestão do capital mínimo requerido, a estrutura de controles internos, Compliance, iniciativas de continuidade de negócios e gestão de crises;
- Monitorar o cumprimento pela Companhia das leis, padrões e regulamentos aplicáveis, além das políticas internas;
- Avaliar e monitorar permanentemente o perfil (mapa) de riscos da Companhia, e assessorar o Conselho de Administração nas atividades de gerenciamento dos riscos;
- Monitorar eventos que possam impactar os controles internos e, por consequência, os objetivos da Companhia;
- Revisar anualmente as diretrizes, estratégias e políticas de gestão de riscos e de capital, propondo recomendações ao CA;
- Monitorar permanentemente o apetite a riscos da Companhia levando em consideração os objetivos estratégicos, realizando recomendações quando necessário; e
- Monitorar os níveis de tolerância a riscos a serem observados pela Companhia.

A **Diretoria Executiva Estatutária**, por sua vez, tem como competências:

- Implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão de Riscos;
- Apoiar o Conselho de Administração na definição dos objetivos estratégicos que direcionam o mapeamento e identificação de riscos;
- Dar suporte à área de Riscos e Controles Internos na condução das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e demandas do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos Controles Internos e Compliance e/ou Conselho de Administração;
- Auxiliar o Conselho de Administração na definição do Apetite por Risco da Companhia;
- Garantir que as áreas de negócio ou apoio conduzam adequadamente a função de 1ª Linha nos termos da Política de Riscos, além de promover a cultura de gestão de riscos;
- Informar à área de Riscos e Controles Internos sempre que identificado riscos relevantes que impactam nos objetivos da Companhia; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Implementar e manter controles internos e/ou demais recomendações de melhoria propostas pela Gerência de Riscos e Controles Internos.

A **Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos**, que atua a nível gerencial através da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos, atua como 2ª linha da Companhia, cabendo-lhe:

- Propor e implementar as diretrizes para a Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, considerando as suas políticas de Gestão de Riscos, metodologias, processos e procedimentos e as diretrizes fornecidas pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Orientar metodologicamente as Áreas de Negócios buscando garantir, simultaneamente, padronização mínima e atendimento às suas características específicas no que tange a Gestão de Riscos;
- Avaliar e monitorar, em conjunto com os Proprietários do Risco, os KRI's e demais informações a respeito da eventual materialização dos riscos;
- Revisar, consolidar e divulgar as informações sobre riscos recebidas das Áreas de Negócios para reporte ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance e ao Conselho de Administração;
- Avaliar e revisar a proposição de limites e níveis de riscos da RAS propostos pela primeira linha e submeter material à aprovação do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance e do Conselho de Administração;
- Atualizar, anualmente, as políticas, normas e procedimentos relativos à gestão dos riscos e à gestão do capital mínimo requerido;
- Avaliar de forma independente o cálculo do capital mínimo requerido realizado pela Companhia para verificar a sua suficiência e a conformidade com os requerimentos regulatórios;
- Atuar como consultor interno na implementação de novos controles, testar os controles já implantados nas áreas, contribuindo com a visão de riscos e otimização dos resultados;
- Monitorar a implementação dos planos de ação para subsidiar o acompanhamento destes pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Atender as demandas do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance gerando informações relevantes e operacionalizando as atividades de gestão de riscos;
- Elaborar, atualizar e reportar os resultados dos trabalhos da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos nas reuniões do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance e, conforme necessidade ou solicitação, nas demais instâncias de governança da Companhia; e
- Promover treinamento periódico aos colaboradores chave com vistas a assegurar que sejam capazes de identificar, avaliar, monitorar e mitigar riscos.

As **Áreas de Negócio** da Companhia atuam como *risk owners* na 1ª linha. Suas responsabilidades consistem em:

- Cumprir a Política de Riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Identificar, avaliar, priorizar e tratar os riscos e controles dos processos de sua atribuição e das atividades terceirizadas relevantes sob sua coordenação, por meio de abordagens preventivas e prospectivas;
- Definir e implantar os planos de ação para endereçamento dos apontamentos efetuados pelas Auditorias, Reguladores e Gerência de Gestão de Riscos e Controles Corporativos, bem como oportunidades de melhorias identificadas no processo de identificação, avaliação, priorização e tratamento de riscos;
- Comunicar prontamente à Gerência de Gestão de Riscos e Controles Corporativos sempre que identificar riscos potenciais não previstos no desenvolvimento das atividades de controle;
- Elaborar a proposição inicial de limites e níveis de riscos da RAS e encaminhar para avaliação da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Corporativos; e
- Medir, periodicamente, os KRI's definidos, justificando desvios, definindo ações mitigatórias e apoiando a Gestão de Riscos Corporativos no reporte ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e Compliance e Conselho de Administração.

A **Auditoria Interna**, enquanto 3ª linha, tem responsabilidade de expressar uma opinião profissional, objetiva e independente sobre a eficiência e a eficácia do ambiente de controle interno e das operações das empresas da Companhia, apresentando recomendações que visem a suprir as eventuais deficiências detectadas ou possíveis melhorias identificadas no âmbito das auditorias efetuadas. À Auditoria Interna compete:

- Avaliar a efetividade do gerenciamento dos Riscos Corporativos de forma a contribuir na realização dos objetivos da Companhia, atuando de forma autônoma e independente, em todos os níveis;
- Conduzir, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação e controle nas práticas de gestão de riscos corporativos, identificando desvios e propondo melhorias visando resguardar os interesses dos segurados, da Companhia, dos Acionistas e demais stakeholders.

A atividade de Auditoria Interna é desempenhada pela Gerência de Auditoria Interna, que por sua vez está inserida na **Diretoria de Auditoria Interna e Compliance**. A Diretoria de Auditoria Interna e *Compliance* se reporta funcionalmente ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e *Compliance* e administrativamente ao CEO da Companhia, de modo a resguardar sua independência e autonomia no desempenho de suas funções e das gerências que a compõem.

Nesse sentido, a Gerência de Auditoria Interna da Companhia não possui vínculo hierárquico e nem funcional com as demais áreas, garantindo a independência necessária para avaliação dos riscos e controles estabelecidos na Companhia. Ressalta-se, adicionalmente, que a Gerência de Auditoria Interna e a Gerência de Integridade e *Compliance*, ambas inseridas na Diretoria de Auditoria Interna e *Compliance*, são inteiramente segregadas entre si, de modo a preservar o modelo de três linhas autônomas e independentes.

As responsabilidades da Gerência de Auditoria Interna são definidas pelo Conselho de Administração e pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*, como parte do papel de supervisão deste último. O plano anual de auditoria interna é estruturado com base em riscos, bem como em processos já avaliados com alta exposição a riscos, vinculados a temas avaliados como importantes ou críticos pela Alta Administração. Após priorização dos riscos, o plano anual de auditoria interna é aprovado pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e pelo Conselho de Administração.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Presidência Executiva, a Diretoria de Auditoria Interna e Compliance, o Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e Conselho de Administração aprovaram o Regimento da Atividade de Auditoria Interna.

Eventuais riscos de mercado são acompanhados diariamente pela Vice-presidência financeira da Companhia. Acompanham-se diariamente notícias de mercado que porventura venham a impactar bolsa de valores, decisões de políticas fiscais e política monetária do Governo Federal. A estrutura organizacional da Vice-presidência financeira é conforme abaixo:



A Diretoria de Tesouraria é responsável pela elaboração do fluxo de caixa da Companhia e pela aplicação de seus recursos, conforme alçada exposta no item 1.b acima. Buscam-se alternativas de investimento de renda fixa de baixo risco com as instituições financeiras nas quais a Companhia possui relacionamento, visando a otimizar a relação de risco e retorno na aplicação do capital da Companhia respeitando a sua Política de Investimentos. As aplicações da Companhia são realizadas principalmente em seus fundos de investimentos de renda fixa restritos ao grupo e eventualmente a depender da estratégia em certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e investimentos em fundo de renda fixa.

Caso haja alguma perspectiva de impacto negativo em nossas aplicações, o Diretor Vice-presidente financeiro tem a prerrogativa, respeitando as alçadas, de propor eventuais mudanças dos ativos financeiros aplicados, desde que em acordo com a Política de Investimento.

No que tange ao ativo garantidor, a Diretoria de Atuária é responsável pelo cálculo das provisões técnicas e por enviá-las à Controladoria, que, por sua vez, verifica o valor das aplicações dos fundos de investimento dedicados ao setor de saúde suplementar (ativos garantidores). Trimestralmente, a área de Controladoria informa a todos os envolvidos a necessidade (ou não) de fazer aplicações adicionais em Fundos de Investimentos de Renda Fixa dedicados ao setor de saúde suplementar.

Caso haja necessidade de aplicações adicionais, a Diretoria de Tesouraria e o Diretor Vice-presidente financeiro analisam as opções disponíveis com a melhor relação de risco/retorno para a Companhia.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia, na busca do contínuo aprimoramento de sua estrutura de governança, risco e controle, adota como referencial as orientações das principais entidades nestas áreas, como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o IIA (*Institute of Internal Audit*) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), assim como as normas emanadas pela CVM e B3.

Além disso, mensalmente, a área Financeira emitirá o Painel de Gestão dos Investimentos em Instrumentos Financeiros com uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à Normativa de Investimento; assim como os recursos destinados à reserva para o ativo garantidor.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Nesse sentido, a estrutura operacional de controles internos desenvolvida na Companhia, considerada adequada por seus Diretores, permite monitorar e avaliar, periodicamente, os principais riscos relacionados aos negócios da Companhia e os impactos possíveis nas operações ou nas demonstrações financeiras.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Controles Internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, além de aprimorar sua estrutura de governança, riscos e controles, adotando práticas recomendadas pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o IIA (*Institute of Internal Auditors*) e o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, da mesma forma, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

No mínimo anualmente, a Diretoria de Auditoria Interna e Compliance e a Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos submetem, conforme aplicável, à Presidência Executiva, ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e ao Conselho de Administração um plano de auditoria interna, um plano para mapeamento de riscos e um de controles internos para revisão e aprovação. Os planos são compostos de um cronograma de trabalho, assim como requisitos orçamentários e de recursos para o ano fiscal/calendário seguinte. Os planos são desenvolvidos com base na priorização do universo de riscos, incluindo a colaboração da alta administração e do Conselho de Administração. Caso a Gerência de Auditoria Interna não possua conhecimentos ou habilidades específicas para determinado trabalho, cabe à Diretoria de Auditoria Interna e *Compliance* a contratação de prestadores de serviços externos para suprir tais conhecimentos necessários ao desenvolvimento do trabalho através de consultorias.

Os trabalhos realizados pela Diretoria de Auditoria Interna e Compliance, especificamente através da Gerência de Auditoria Interna, e pela Diretoria Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos, especificamente através da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos, devem ser coordenados para assegurar adequada cobertura dos riscos e minimizar a duplicação de esforços. O Gerente de Auditoria Interna e o Gerente de Gestão de Riscos e Controles Internos são responsáveis por realizar treinamentos sempre que julgarem necessários para discutirem suas atividades na Companhia.

O resultado dos trabalhos da Gerência de Auditoria Interna e da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos originam KPIs e planos de ação que são acompanhados mensalmente, para que seja verificada sua efetiva implementação. Adicionalmente, mantemos indicadores de controle que apontam se referidos planos estão dentro das metas definidas.

Além disso, a Companhia vem realizando investimentos em segurança da informação ao longo do ano e observou uma melhoria nos controles internos relacionados ao tema.

Quanto ao processo de consolidação e emissão das demonstrações financeiras, a Controladoria verifica a consistência, analisa e concilia no final de cada trimestre e no encerramento de cada exercício social as informações contábeis e financeiras.

A Diretoria Executiva Estatutária da Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, entende-se que as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Ainda, os Diretores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

O Conselho de Administração e o Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*, presidido por um Conselheiro, são os órgãos máximos que monitoram e avaliam sistematicamente os riscos e controles internos da Companhia, tendo entre suas responsabilidades verificar monitorar e aconselhar planos de remediação para riscos que possam impactar as demonstrações financeiras e processos da Companhia.

Apesar do direcionamento de que cada área possui responsabilidade pelo desenho e operação de procedimentos e controles de suas atividades, a Companhia entende a necessidade de manter fortalecidos seus controles internos, tendo implantado, em meados de 2016, o Comitê de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração. Em 29 de março de 2021, o Comitê foi tornado estatutário. A Companhia tem, ainda, em sua estrutura: (i) Diretoria de Auditoria Interna e *Compliance*; (ii) Gerência de Governança Corporativa; (iii) Gerência de Eficiência Jurídica; (iv) Gerência de Contratos; e (v) Gerência de Proteção e Privacidade de Dados, além de Auditoria Externa, que, em conjunto, consolidam os processos de controles internos.

O Conselho de Administração da Companhia é o órgão responsável pela aprovação das demonstrações financeiras que, conforme descrito no item "a" acima, conta com o apoio das demais estruturas organizacionais diretamente envolvidas no processo de monitoramento da eficácia do ambiente de controle da Companhia.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

É de responsabilidade de cada gestor definir os controles internos de seus respectivos processos. Periodicamente, a Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos e a Gerência de Auditoria Interna realizam avaliações dos controles internos da Companhia de forma independente. Os resultados destas avaliações são apresentados aos gestores de cada área, os quais são responsáveis pelo tratamento das deficiências, e são reportados para acompanhamento pela Administração e Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* têm reuniões mensais em seu cronograma e trimestralmente avalia as Demonstrações Financeiras antes do envio ao Conselho de Administração. O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* também toma ciência dos relatórios gerenciais de Auditoria Interna e acompanha os trabalhos da Gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos.

O plano anual de auditoria é aprovado pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e pelo Conselho de Administração da Companhia. O orçamento do Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* é aprovado pelo Conselho de Administração, enquanto o orçamento para a atividade de Auditoria Interna é aprovado pelo Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* da Companhia. Os resultados dos trabalhos são apresentados periodicamente à alta administração da Companhia, ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e às áreas auditadas.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Nos termos da resolução art. 25, inciso II, da Resolução CVM n.º 23/2021, nossos auditores independentes têm um prazo de até 60 dias a contar da data do relatório de auditoria para emissão da Carta de Controles

5.2 Descrição dos controles internos

Internos, prazo esse que está em curso. Até o momento não há carta de recomendações específicas às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 emitidas pelos nossos auditores independentes. Para informações adicionais a respeito das deficiências significativas referentes ao exercício social de 2022, vide item 5.5.

Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os auditores independentes obtiveram entendimento dos controles internos relevantes da Companhia para a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado desta avaliação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os auditores independentes da Companhia emitiram "*Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos*" da Companhia, que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia e suas controladas.

Dentre as deficiências identificadas no referido relatório, as seguintes foram consideradas significativas:

(1) Melhorias nos controles de restrição e monitoramento de usuários privilegiados (Sistemas SAP)

Situação observada

O Grupo Hapvida possui um controle para que acessos privilegiados ao sistema SAP sejam restritos aos profissionais de TI, porém, não identificamos evidência que demonstrasse tal restrição, uma vez que parte desses usuários privilegiados são genéricos e não estão associados ao nome de um profissional específico. Adicionalmente, não foi identificado um controle para o monitoramento das atividades realizadas pelos usuários privilegiados.

Possíveis efeitos

A utilização de contas com acessos privilegiados às funcionalidades dos sistemas ou banco de dados dificulta a identificação de possíveis desvios, sejam esses intencionais ou acidentais, além de possibilitar que os usuários/contas sejam utilizados por pessoas não autorizadas.

Recomendação

Revisão nos controles internos de gestão e monitoramento das contas genéricas, com acessos privilegiados, de modo que esses usuários sejam criados e utilizados somente mediante solicitações e autorizações formalizadas e que sejam associados a um usuário, para que se tenha a rastreabilidade dos acessos realizados.

(2) Ausência de aprovação para concessão de acessos (Sistemas SAP e Salesforce)

Situação observada

O Grupo Hapvida possui um controle para formalização das solicitações de concessão de acesso, no qual utiliza-se a ferramenta OTRS, porém não foram disponibilizadas as documentações que formalizam o processo de solicitação e aprovação dos acessos aos sistemas, Salesforce e SAP. Adicionalmente, não foi identificada a existência de um controle de revisão periódica dos acessos e perfis nos sistemas SAP, Salesforce e Hapvida.

5.2 Descrição dos controles internos

Possíveis efeitos

Deficiências no controle de concessão de acesso podem resultar em riscos de acesso indevido, possíveis fraudes e/ou realização de atividades em desacordo com a função determinada para os colaboradores do Grupo Hapvida.

Recomendação

Revisão dos controles internos que assegurem a execução dos procedimentos de concessão de acesso, determinados pela Governança de TI do Grupo Hapvida, e que as documentações que formalizam as solicitações e aprovações dos acessos aos sistemas sejam devidamente arquivadas e estejam passíveis de revisão pelos órgãos de governança do Grupo Hapvida.

(3) Ausência de controle para identificação de conflitos de funções (Sistemas Hapvida e Salesforce)

Situação observada

Não foi identificado a existência de um controle para avaliação de segregação de funções nos sistemas Hapvida e Salesforce.

Possíveis efeitos

A existência de conflitos de segregação de funções nos sistemas do Grupo Hapvida resulta em riscos de acesso indevido, possíveis fraudes e/ou realização de atividades em desacordo com a função determinada para os colaboradores do Grupo.

Recomendação

Implementação de uma matriz de segregação de funções, bem como a execução de controles internos que assegurem a utilização de tal matriz no processo de concessão e revisão de acessos.

(4) Melhorias no processo de revogação de acessos sistêmicos (Sistemas SAP e Salesforce)

Situação observada

Embora o Grupo Hapvida possua controles para que acessos sejam revogados quando um profissional é desligado, foi verificada a ausência de tempestividade para os sistemas SAP, Salesforce, Datasul, Syspec e ADP. Foi observado que o processo de revogação de acessos não contempla os casos de colaboradores transferidos entre departamentos. Para esses casos, o acesso é revogado somente quando solicitado pelo próprio colaborador.

Possíveis efeitos

A intempestividade na revogação de acesso de funcionários desligados pode ocasionar, entre outros, acessos indevidos e não-autorizados aos sistemas e ambiente de tecnologia, bem como a utilização desordenada de informações e dados do Grupo Hapvida e de seus beneficiários/clientes.

Recomendação

Melhorias nos controles de revogação de acesso com o objetivo de assegurar a tempestividade da revogação de acessos aos sistemas do Grupo Hapvida, a fim de garantir que não haverá acesso ao sistema por usuários não autorizados.

5.2 Descrição dos controles internos

(5) Ausência de monitoramento de rotinas automatizadas (Sistemas SAP e Hapvida)

Situação observada

O Grupo Hapvida possui atividades que estão configuradas para serem executadas por meio de rotinas programadas como, por exemplo, para contabilização dos valores das guias médicas/contas médicas, partindo do sistema Hapvida para o sistema SAP (interface entre os sistemas). Não foi identificado um controle para monitoramento da execução dessas rotinas automatizadas, de forma que, eventuais falhas sejam detectadas e tratadas tempestivamente. Adicionalmente, observa-se que os registros (*logs*) de execução dessas rotinas automatizadas são armazenados por 15 dias para o sistema SAP e 30 dias para o sistema Hapvida, inviabilizando a identificação de eventuais falhas em data posterior.

Possíveis efeitos

A ausência de monitoramento das rotinas automatizadas, como interfaces entre os sistemas, pode resultar na intempestividade de ações corretivas, em caso de falha dessas rotinas, que podem impactar no andamento dos processos de negócio do Grupo Hapvida.

Recomendação

Implementação de um sistema de monitoramento das rotinas automatizadas, bem como arquivamento dos registros (*logs*) das execuções dessas rotinas por maior tempo, para que sejam passíveis de inspeções e revisões dos níveis de Governança do Grupo Hapvida.

(6) Assunto relacionados ao ambiente de Tecnologia – Gerenciamento de Mudanças – Sistema financeiro e contábil (Sistemas SAP, Hapvida e Salesforce)

Situação observada

Foram identificadas as seguintes deficiências no ambiente de tecnologia relacionado aos sistemas SAP, Hapvida e Salesforce: a) deficiência no controle de aprovações e formalizações documentais no processo de gestão de mudanças sistêmicas; b) Ausência de segregação de função para os perfis de desenvolvimento e transporte.

Possíveis efeitos

A ausência de procedimentos e controles formais relacionados ao gerenciamento de manutenções/mudanças programadas e emergenciais aumenta o risco de que modificações inadequadas e indevidas sejam aplicadas na infraestrutura de TI e no ambiente de produção dos sistemas de informação, podendo afetar a integridade e a disponibilidade desses ambientes.

A falta ou deficiência de um controle eficaz sobre as versões dos aplicativos pode comprometer a execução dos programas uma vez que a nova versão do programa executável pode não estar sendo utilizada em produção.

Recomendação

Recomenda-se que a Administração implemente procedimentos de controles mais robustos para restrição e formalização das etapas do fluxo de gestão de mudanças dos sistemas; que considerem níveis adequados de segregação de funções e formalização, de acordo com as políticas de governança de TI do Grupo Hapvida.

(7) Reconhecimento da PEONA SUS

5.2 Descrição dos controles internos

Situação observada

A Companhia reconheceu parcialmente nas demonstrações financeiras consolidadas o valor da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) das operadoras do Grupo, relacionados ao atendimento de suas vidas seguradas na rede de atendimento do Sistema Única de Saúde (SUS). A Administração efetuou o cálculo da referida provisão, utilizando-se de metodologia atuarial própria, e pelo método de reconhecimento definido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Possíveis efeitos

Em que pese a constituição parcial da provisão não impactar os níveis de capital regulatório e solvência da Companhia, o não reconhecimento pode impactar na qualidade da informação contábil, tendo em vista que não está prezando pelo reconhecimento e divulgação de saldo passivo, impactando no resultado dos indicadores financeiros.

Recomendação

Recomenda-se que a Companhia reconheça o valor integral da PEONA, relativo aos eventos/sinistros avisados, relacionados aos atendimentos do SUS.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas

A administração da Companhia concorda com as recomendações da carta de recomendação dos auditores independentes sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A seguir, os comentários da Administração da Companhia em relação às deficiências significativas conforme apontadas no item 5.2.d acima:

(1) Melhorias nos controles de restrição e monitoramento de usuários privilegiados (Sistemas SAP)

Comentários da Administração

O Saneamento para usuários do SAP foi realizado e criada rotina de exclusão de usuários inativos e genéricos. Revisado o processo com a redistribuição de papéis e atividades: agora a liberação de acessos ao SAP ocorre pela área de gestão de riscos e controles corporativos, resguardando as boas práticas e com aprovações para a liberação desses acessos que abrangem até o nível de vice-presidentes.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

Ao longo do exercício social de 2022 a Administração passou a executar/implementar melhorias nos controles de restrição e monitoramento de usuários privilegiados (Sistemas SAP) e pretende concluir e, desta forma, sanar a deficiência, ao longo do exercício social de 2023.

(2) Ausência de aprovação para concessão de acessos (Sistemas SAP e Salesforce)

Comentários da Administração

O projeto de revisão de acessos foi realizado e implementadas as recomendações do projeto para o sistema SAP. Para os demais sistemas, foi elaborada a matriz SOD com o suporte de consultoria para os sistemas

5.2 Descrição dos controles internos

Salesforce, Hapvida (Hospitalar e Operadora) e Totvs RM. Com base nesse trabalho foi gerado um plano de ação que está em processo de implantação.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração havia cumprido as ações propostas e a deficiência foi sanada.

(3) Ausência de controle para identificação de conflitos de funções (Sistemas Hapvida e Salesforce)

Comentários da Administração

O projeto de revisão de acessos foi realizado e foram implementadas as recomendações do projeto para o sistema SAP. Para os demais sistemas, foi elaborada a matriz SOD com o suporte da consultoria Deloitte para os sistemas Salesforce, Hapvida (Hospitalar e Operadora) e Totvs RM com base nesse trabalho foi gerado um plano de ação que está em processo de implantação.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração havia cumprido as ações propostas e a deficiência foi sanada.

(4) Melhorias no processo de revogação de acessos sistêmicos (Sistemas SAP e Salesforce)

Comentários da Administração

Foram realizados ajustes na ferramenta "AccessOne" para minimizar o risco de usuários desligados ainda ativos no sistema e processo manual para desativações de todos os usuários demitidos com acesso ativo. Adicionalmente, o Salesforce foi integrado na ferramenta de gestão de identidade (AccessOne) para a revogação tempestiva.

Adicionalmente no SAP foi incluso uma funcionalidade de bloqueio após 41 dias sem uso, a reativação somente por meio de chamado e com o aval do VP e regularização junto a base de RH.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração havia cumprido as ações propostas e a deficiência foi sanada.

(5) Ausência de monitoramento de rotinas automatizadas (Sistemas SAP e Hapvida)

Comentários da Administração

Está em avaliação a possibilidade de aquisição de novos hardwares e uma possível nova estrutura de armazenamento.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

Ao longo do exercício social de 2022 a Administração passou a implementar as ações propostas e pretende concluir e, desta forma, sanar a deficiência, ao longo do exercício social de 2023.

(6) Assunto relacionados ao ambiente de Tecnologia – Gerenciamento de Mudanças – Sistema financeiro e contábil (Sistemas SAP, Hapvida e Salesforce)

5.2 Descrição dos controles internos

Comentários da Administração

Foram realizados treinamentos da equipe do sistema SAP para inclusão destes no fluxo de gestão de mudanças e adequação do processo para que sigam o fluxo.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

Ao longo do exercício social de 2022 a Administração passou a realizar treinamentos da equipe do sistema SAP para inclusão destes no fluxo de gestão de mudanças e adequação do processo para que sigam o fluxo, e pretende concluir e, desta forma, sanar a deficiência, ao longo do exercício social de 2023.

(7) Reconhecimento da PEONA SUS

Comentários da Administração

De acordo com as normas contábeis vigentes aplicáveis ao setor – RN 442/2018 (a qual será revogada a partir de 03 de abril de 2023 por força da publicação da Resolução Normativa ANS nº 574/2023), a Administração está realizando o reconhecimento contábil da referida provisão em conformidade com as normas da ANS que a estabeleceu, sem prejuízos ou distorções às demonstrações financeiras e tampouco aos níveis de solvência requeridos pelos dispositivos de regulação, dos quais se exige o integral cumprimento. Em relação às normas do IFRS, entende-se que não há impactos materiais sobre as demonstrações financeiras, principalmente pela Companhia ter reconhecido, em 31 de dezembro de 2021, 24/36 da provisão ora apresentada.

Prazo definido pela Administração para cumprimento das ações propostas:

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração havia cumprido as ações propostas e a deficiência foi sanada.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Integridade: em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Política de Riscos da Companhia, descrita no item 5.1 acima, é voltada, dentre outros, à proteção de riscos de conformidade. Além disso, a Companhia mantém Programa de Integridade e *Compliance*, formalmente definido e implementado, que visa, dentre outros objetivos, prevenir, detectar e remediar fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública (Programa de Integridade e *Compliance* ou Programa). Este Programa, conforme descrito neste item 5.3, é composto por diretrizes formais, incluindo um Código de Conduta e Políticas, a atuação consultiva da área de *Compliance* e Integridade, auditorias periódicas e manutenção de Canal de Denúncias, dentre outras atividades.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Programa de Integridade e *Compliance* da Companhia é orientado a partir da sua matriz de riscos, que contempla riscos relacionados a *Compliance* e integridade. A matriz é revisada anualmente e, desta forma, são observadas as oportunidades de melhoria ou necessidades de adequação do Programa, políticas, procedimentos ou controles internos.

Iniciativas de aprimoramento do Programa de Integridade e *Compliance* podem ainda ser motivadas por outros fatores, como apontamentos de auditorias internas e externas, relatos recebidos via Canal de Denúncias, diligências anteriores à contratação de terceiros e alterações de legislações e arcabouço regulatório.

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia são:

- **Auditorias de *Compliance*:** As inspeções são realizadas em cronograma preestabelecido pela Gerência de Auditoria Interna, responsável por explorar os riscos de *Compliance* nos processos da Companhia e por apontar e classificar eventuais oportunidades de melhoria.
- **Canal de Denúncias:** A Companhia possui um Canal de Denúncias disponível para funcionários, colaboradores, fornecedores, usuários e qualquer pessoa que tenha conhecimento de algum desvio ou suspeita de desvio a leis, regulamentos, Código de Ética e Conduta e demais políticas do Grupo Hapvida. Em julho de 2018, com o objetivo de dar maior transparência, independência e segurança a quem denuncia uma não conformidade, a Companhia contratou a Aliant/ICTS, empresa independente com certificação Pró-Ética, para receber todas as denúncias e encaminhá-las para posterior análise das áreas de Auditoria Interna ou Gente, Gestão e Diversidade, sendo neste último caso especificamente para tratar demandas relacionadas a desvios comportamentais.

O Programa Sentinela oferece dois canais para o oferecimento de denúncias de irregularidades, quais sejam: (i) internet, no endereço www.canaldedenuncias.com.br/grupohapvida; (ii) linha telefônica, 0800.591.5126, com atendimento 24 horas por dia e 7 dias por semana. O acesso à gestão da plataforma é exclusivo da empresa independente contratada pela Companhia.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia recebido 5.545 denúncias pelo Canal de Denúncias, nenhuma delas relacionada a potenciais violações às Leis Anticorrupção.

5.3 Programa de integridade

Após a apuração de cada denúncia, a Companhia verifica a possibilidade de implementar controles mitigatórios.

- **Análise de Integridade de Terceiros:** Os contratos estabelecidos pela Companhia com seus terceiros (fornecedores de serviços, parceiros de negócio, corretoras e médicos) são formalizados mediante diligência prévia. Este processo tem o objetivo de verificar fatores que possam gerar algum risco para a Companhia, e inclui a avaliação de elementos como licenças e autorizações legais, processos judiciais, certidões e pesquisas no Cadastro Nacional de Empresas e Pessoas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) e Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP). Ademais, como boa prática e a fim de garantir que sejam mantidas apenas relações comerciais com terceiros idôneos, éticos e íntegros, estabelecemos cláusulas anticorrupção em contratos com terceiros que possuímos qualquer tipo de relacionamento comercial ou de negócios.

Considerando a combinação de negócios com NDI, concluída em fevereiro de 2022, a Companhia está revisitando seus processos de análise de integridade de terceiros para potencial alinhamento de sinergias e aculturação de integridade. Para maiores informações, vide item 5.4 deste Formulário de Referência.

- **Análise de Conflito de Interesses e PEP:** A Companhia circula, anualmente, o formulário de Declaração de Conflitos de Interesses e Pessoa Exposta Politicamente (PEP) a todas as suas lideranças. A declaração anual tem por finalidade identificar situações que possam gerar riscos, abordando tópicos como a indicação de relacionamento(s) de parentesco e/ou proximidade pessoal entre colaboradores e/ou fornecedores, relacionamento(s) com agentes públicos e declaração de cenários envolvendo empresas concorrentes e/ou do mesmo ramo.

Considerando a combinação de negócios com NDI, concluída em fevereiro de 2022, a Companhia está revisitando seus processos de análise de conflitos de interesse e relacionamentos com PEPs para potencial alinhamento de sinergias e aculturação de integridade. Para maiores informações, vide item 5.4 deste Formulário de Referência.

- **Treinamentos e Comunicação:** A Companhia realiza treinamentos sobre temas de *Compliance* disponíveis a todos os colaboradores, em formato online e presencial. Novos colaboradores são rotineiramente aculturados sobre as práticas de Compliance e Integridade adotadas na Companhia. A Companhia mantém ainda planejamento anual de divulgação mensal de peças sobre temas importantes de Compliance, visando reforçar as diretrizes do Programa de Integridade e *Compliance*.

Considerando a combinação de negócios com NDI, concluída em fevereiro de 2022, a Companhia está revisitando seus processos de treinamento de colaboradores para potencial alinhamento de sinergias e aculturação de integridade. Para maiores informações, vide item 5.4 deste Formulário de Referência.

- **Normas internas:**
 - **Código de Ética e Conduta:** O Código de Ética e Conduta da Companhia, aprovado pela Presidência Executiva em 01 de agosto de 2014, com atualizações aprovadas pelo Conselho de Administração em 09 de fevereiro de 2018, 09 de agosto de 2018, 22 de setembro de 2021, 19 de abril de 2022, e, por último, em 24 de maio de 2023 é aplicável a todas as empresas que compõem o grupo Hapvida, seus empregados e colaboradores, guiando suas relações internas e com clientes, fornecedores, prestadores de serviços, terceiros e acionistas. O Código de Ética e Conduta tem por objetivo primordial formalizar os princípios e as práticas éticas que regem os relacionamentos internos e externos da organização, bem como nortear a atuação dos seus colaboradores, reduzindo a subjetividade em relação às questões éticas e de conduta.

5.3 Programa de integridade

O documento aborda, dentre outros, tópicos como a exatidão dos registros contábeis, remuneração e benefícios, conflito de interesses e interação com representantes comerciais e está em consonância com a legislação aplicável, incluindo o Regulamento do Novo Mercado. Adicionalmente, considerando a estratégia de negócios da Companhia, que tem o crescimento inorgânico com um dos seus pilares, diante de novas aquisições ou operações societárias relevantes, os documentos de governança corporativa da Companhia são reavaliados para fins de checar se é necessário algum alinhamento de sinergias e aculturamento de integridade no novo cenário. Nesse sentido, considerando a combinação de negócios com NDI, concluída em fevereiro de 2022, o Código de Ética e Conduta será adaptado, com previsão de conclusão ainda em 2023.

- **Política Anticorrupção e Antissuborno:** A Política Anticorrupção e Antissuborno, aprovada pelo então Superintendente de Assuntos Estratégicos, pelo Vice-presidente Comercial e pelo Presidente Executivo em 01 de fevereiro de 2017, com atualização pelo Conselho de Administração em 19 de abril de 2022, é aplicável a todas as empresas da Companhia. A política tem por objetivo definir os valores, princípios e responsabilidades assumidas pela Companhia no combate à corrupção, apresentando os principais aspectos da Lei nº 12.846/2013 sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira e o Decreto nº 8.420/2015 que a regulamentava à época de sua última atualização. Dentre outros assuntos, essa política dispõe sobre os procedimentos para contratação de agentes públicos e ex-agentes públicos, bem como sobre os cuidados a serem tomados na relação com terceiros. Em 19 de abril de 2022, a referida política passou a ser denominada Política Anticorrupção e Antissuborno. Adicionalmente, considerando a estratégia de negócios da Companhia, que tem o crescimento inorgânico com um dos seus pilares, diante de novas aquisições ou operações societárias relevantes, os documentos de governança corporativa da Companhia são reavaliados para fins de checar se é necessário algum alinhamento de sinergias e aculturamento de integridade no novo cenário. Nesse sentido, considerando a combinação de negócios com NDI, concluída em fevereiro de 2022, a Política Anticorrupção e Antissuborno será adaptada, com previsão de conclusão ainda em 2023, inclusive para eventual atualização nos termos do Decreto nº 11.129/2023.
- **Política de Transações com Partes Relacionadas:** A Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de fevereiro de 2018, com atualizações pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2020 e em 25 de maio de 2022, visa a regular procedimentos que devem ser observados em relação a transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses, para que sejam conduzidas em condições de mercado nos melhores interesses da Companhia, prezando pelas melhores práticas de governança corporativa e revestidas da devida transparência. Esta Política aplica-se à Companhia e às suas controladas, e às partes que possam ser consideradas como Partes Relacionadas, enquadradas nos termos desta Política, bem como seus administradores, acionistas e colaboradores em situações em que possa haver potencial conflito de interesses, nos termos do CPC 05 (R1). Em 25 de maio de 2022, a referida política passou a ser denominada Política de Transações com Partes Relacionadas, não tratando mais genericamente de conflitos de interesses, mas apenas aqueles relativos a transações com partes relacionadas. Adicionalmente, considerando a estratégia de negócios da Companhia, que tem o crescimento inorgânico com um dos seus pilares, diante de novas aquisições ou operações societárias relevantes, os documentos de governança corporativa da Companhia são reavaliados para fins de checar se é necessário algum alinhamento de sinergias e aculturamento de integridade no novo cenário. Nesse sentido, considerando a combinação de negócios com NDI, concluída em fevereiro de 2022, a Política de Transações com Partes Relacionadas será adaptada, com previsão de conclusão ainda em 2023.

5.3 Programa de integridade

- **Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro:** Aprovada em 10 de abril de 2022, a norma define as regras para prevenção à lavagem de dinheiro, proibindo a realização de operações que possam auxiliar o financiamento de organizações criminosas, buscando gerar segurança jurídica e legal para os colaboradores e para a Companhia, controle, transparência e total aderência às normas internas e externas e aos objetivos estratégicos da Companhia. Nesse sentido, considerando a combinação de negócios com NDI, concluída em fevereiro de 2022, a norma será adaptada, com previsão de conclusão ainda em 2023.
- **Política Corporativa de Gestão de Riscos:** Em 29 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a Política de Riscos, que é aplicável à Companhia e às suas controladas. Essa política tem por objetivo assegurar boas práticas de gestão de riscos, considerando a sua estratégia, processos, metodologias, exigências regulatórias, pessoas e ativos, e deve ser revisada pela alta administração da Companhia periodicamente. A Política de Riscos da Companhia foi elaborada com base em recomendações metodológicas internacionalmente reconhecidas, sendo elas o Modelo COSO ERM (Comitê das Organizações Patrocinadoras, Enterprise Risk Management), o Modelo COSO IC (Comitê das Organizações Patrocinadoras, *Internal Control*), Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) e a Norma ABNT NBR ISO 31.000 (Gestão de Riscos — Princípios e Diretrizes). A política estabelece os princípios do ciclo de gestão de riscos: identificar, avaliar, priorizar, tratar e monitorar. Adicionalmente, considerando a estratégia de negócios da Companhia, que tem o crescimento inorgânico com um dos seus pilares, diante de novas aquisições ou operações societárias relevantes, os documentos de governança corporativa da Companhia são reavaliados para fins de checar se é necessário algum alinhamento de sinergias e aculturação de integridade no novo cenário. Nesse sentido, na combinação de negócios com NDI, o material foi adaptado em dezembro de 2022.

A Companhia adota ainda procedimentos de verificação prévia aos processos de fusão e aquisição, de forma a minimizar os riscos de responsabilização por atos ilícitos praticados anteriormente à operação.

A Companhia adota as seguintes etapas durante o processo: (i) *Target Screening* – definição dos *targets* e abordagem inicial, seja diretamente ou via assessores; (ii) *Investment Summary* – assinatura de acordo de confidencialidade e análise preliminar da oportunidade de investimento; (iii) *Valuation* – avaliação preliminar do negócio com desenvolvimento do business plan e cálculo das potenciais sinergias da transação; (iv) *Negotiation* – negociação do valor e dos principais termos da transação; (v) MoU – negociação do Memorando de Entendimento; (vi) *Due Diligence* – diligência estratégica, contábil, fiscal, trabalhista e legal; (vii) *Signing SPA* – assinatura do contrato de compra e venda; (viii) *Closing* – cumprimento das condições precedentes e liquidação financeira da transação e (ix) *Support Integration* – plano de comunicação e assunção da operação, plano de integração e plano de mitigação de riscos.

Com o objetivo de mitigar riscos em operações dessa natureza, a Companhia realiza auditoria contábil, fiscal e trabalhista com empresa de auditoria de grande porte e diligência legal com escritórios de advocacia renomados em operações de M&A (com foco em: societário, contratos, propriedade intelectual, imobiliário, seguros, ambiental, contencioso, certidões e processos). Com base nos resultados da auditoria, a Companhia mapeia as contingências e as classifica como provável, possível e remota, com o auxílio dos assessores jurídicos, e define, também com o auxílio destes, a estrutura de garantias necessárias para dar segurança à Companhia. Para conferir segurança jurídica às operações, os contratos são elaborados por assessores jurídicos com experiência em M&A e incluem declarações e garantias que esclarecem os direitos e responsabilidades das partes envolvidas. Além disso, a Companhia elabora material contendo todo o histórico documentado da transação.

A Administração entende que os controles diretivos, descritos acima, bem como os decorrentes da implantação dessas políticas e normativos são suficientes para mitigar os fatores de riscos mapeados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, a Gerência de Gestão de Riscos e

5.3 Programa de integridade

Controles Internos reavalia, anualmente, no mínimo os riscos com avaliação inerente "Muito Alto" e "Alto", conforme metodologia, mapeados na matriz de riscos.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Gerência de Integridade e *Compliance* é responsável pela apuração das denúncias realizadas no Canal de Denúncia.

Eventuais casos de violações à legislação aplicável e às normas internas da Companhia são encaminhados para a análise da Comissão de Medidas Disciplinares, que dará parecer sobre as sanções aplicáveis. As denúncias são submetidas, ainda, ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* para acompanhamento do processo de apuração e quanto à aplicação das sanções. Havendo discordância sobre as sanções a serem aplicadas, o caso será encaminhado ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* e ao Conselho de Administração para deliberação final.

A Comissão de Medidas Disciplinares é composta por seis membros, quais sejam: (i) o Vice-Presidente Jurídico; (ii) o Gerente Jurídico e Trabalhista; (iii) o Diretor de Desenvolvimento Organizacional; (iv) o Vice-Presidente de Recursos Humanos; (v) o Diretor de Auditoria Interna e *Compliance*; e (vi) o Gerente de Integridade e *Compliance*.

A Comissão de Medidas Disciplinares (i) sugere penalidades e sanções no âmbito de processos disciplinares administrativos, de acordo com os valores e princípios fixados pelo Código de Ética e Conduta do Grupo Hapvida, pelas demais normas internas e pela legislação vigente; e (ii) responde às consultas que lhe forem dirigidas, sobre matéria de sua alçada e que possa configurar eventual desvio ético e/ou descumprimento de princípios e valores da Companhia.

A Gerência de Integridade e *Compliance* participa do desenvolvimento de ações de prevenção à fraude e da apuração de denúncias realizadas no Canal de Denúncias, sendo também responsável por coordenar, em conjunto com as unidades de negócio e com o Departamento Jurídico, a adoção de medidas corretivas cabíveis ao longo das apurações. A Gerência de Integridade e *Compliance* se reporta à Diretoria de Auditoria e *Compliance*, que por sua vez se reporta ao Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*. Neste mesmo contexto, a Gerência de Integridade e *Compliance* é responsável por elaborar e revisar as políticas e procedimentos de *Compliance* e por desenvolver o processo de análise de conflito de interesses.

O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*, cujo regimento interno foi ratificado pelo Conselho de Administração em 25 de maio de 2022, é responsável por, dentre outras atividades, por zelar para que a Companhia atenda aos requisitos legais de qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras, garantir a qualidade dos trabalhos de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis e financeiras e dos sistemas de controles internos.

Junto à Diretoria de Gestão de Riscos e Controles Internos, o Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance* está envolvido no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade da Companhia, por meio das atividades descritas no item 5.2 acima. O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos, Controles Internos e *Compliance*, na condição de órgão de assessoramento, se reporta diretamente ao Conselho de Administração.

As Vice-presidências e Diretorias da Companhia, em especial a Diretoria de Auditoria Interna e *Compliance*, são responsáveis por esclarecer dúvidas de colaboradores sobre a aplicação do Código de Ética e Conduta da Companhia e estimular a cultura de integridade da Companhia.

5.3 Programa de integridade

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta da Companhia é aplicável a todos os empregados e colaboradores da Companhia, incluindo os diretores, membros de comitês e membros do Conselho de Administração. Sendo assim, todos os níveis da Companhia são responsáveis por criar e incentivar uma cultura de integridade colocando em prática a ética nos negócios da companhia, encorajando comunicações abertas e transmitindo a percepção e o compromisso com o Código de Ética e Conduta.

A Companhia requer, em seus instrumentos de contratação, declarações pelos terceiros contratados de que tiveram acesso e ciência e das políticas aplicáveis a fornecedores e o Código de Ética e Conduta do Grupo Hapvida, além de garantias de observância da legislação anticorrupção aplicável.

A Companhia realiza treinamentos sobre o Código de Ética e Conduta, bem como sobre o Canal de Denúncias, com seus funcionários durante o processo de integração. Além disso, a Companhia realiza campanhas ao longo do ano para reforçar temas específicos abordados durante os treinamentos.

A partir de 2022, o Grupo Hapvida implementou uma plataforma de treinamento digital, na qual foi inserido conteúdo obrigatório com introdução aos conceitos e aplicabilidades da Integridade e do *Compliance* no dia a dia dos colaboradores da Companhia.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O não cumprimento do Código de Ética e Conduta ou de qualquer um de seus requisitos resultará na aplicação das sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada.

O desrespeito ao conteúdo abordado por este Código de Ética e Conduta poderá acarretar a aplicação de penalidades, incluindo: advertência escrita, suspensão ou desligamento. No caso de terceiros, além do disposto acima, essas violações poderão levar a multas ou, até mesmo, à rescisão do(s) contrato(s) existente(s). As sanções são definidas pela Comissão de Medidas Disciplinares nos termos da Política de Consequências da Companhia, na forma indicada no item 5.3 (a)(ii) acima, sendo também aplicados princípios de justiça e equidade.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta da Companhia foi aprovado em 01 de agosto de 2014 pela Presidência Executiva da Companhia, com sua atualização aprovada pelo Conselho de Administração em 09 de fevereiro de 2018, em 22 de setembro de 2021, em 19 de abril de 2022 e, por último, em 24 de maio de 2023. O Código de Ética e Conduta é disponibilizado aos funcionários e colaboradores no processo de integração e, da mesma forma, mantém uma versão atualizada disponível para consulta nos canais internos da Companhia, como website, intranet e aplicativo, bem como no site oficial da Companhia na internet (<https://www.hapvida.com.br/site/integridade-e-compliance>), e também no site dedicado a Relação com Investidores (ri.hapvida.com.br).

Adicionalmente, considerando a estratégia de negócios da Companhia, que tem o crescimento inorgânico com um dos seus pilares, diante de novas aquisições ou operações societárias relevantes, os documentos de governança corporativa da Companhia são reavaliados para fins de checar se é necessário algum

5.3 Programa de integridade

alinhamento de sinergias e aculturação de integridade no novo cenário. Nesse sentido, considerando a combinação de negócios com NDI, o material será adaptado, com previsão de conclusão ainda em 2023.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Denúncias da Companhia, descrito no item 5.3(a)(i) acima, é administrado pela ICTS/Aliant, empresa independente, responsável por receber as denúncias, analisá-las previamente e encaminhá-las para análise detalhada da Gerência de Integridade e *Compliance*.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias está aberto para os funcionários, colaboradores, fornecedores, usuários e para qualquer pessoa que tenha conhecimento de algum desvio ou suspeita de desvio a leis, regulamentos, Código de Ética e demais políticas da Companhia, conforme disposto no item 5.3(a)(i) acima.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

O oferecimento de denúncias através do Canal de Denúncias pode ser feito de forma anônima, a exclusivo critério do denunciante, ou seja, não é necessário o fornecimento de qualquer identificação pessoal ou informação de contato do denunciante.

O Canal de Denúncias é operado por uma empresa independente, responsável pela confidencialidade das denúncias. Todas as informações relatadas em denúncias são analisadas pela Gerência de Integridade e *Compliance*, e são tratadas com total sigilo e garantia de que não haverá retaliação contra o denunciante.

Durante as análises das denúncias, caso surja a necessidade do apoio das áreas operacionais, os analistas do Canal de Denúncias eliminam as informações que, porventura, possam identificar os denunciante antes de encaminharem perguntas às áreas envolvidas.

Existem duas exceções à regra de confidencialidade do Canal de Denúncias da Companhia: (a) quando, no decorrer das conversas com um analista do programa, o empregado ou colaborador lhes dá permissão para revelar seu nome; e (b) quando a quebra do sigilo decorre de determinação judicial.

Além disso, o Canal de Denúncias foi projetado para oferecer um ambiente seguro para relatar dúvidas ou buscar orientações, sem medo de retaliações.

(i) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A apuração de denúncias é feita pela Gerência de Integridade e Compliance, composta por colaboradores com *expertise* em investigações corporativas. Em casos nos quais o denunciado seja o Diretor de Auditoria e Compliance ou membros do Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, é definido fluxo especial para recebimento das denúncias e a investigação é realizada com apoio de consultoria externa e independente.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não verificou casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais. Para os fins deste item, consideram-se

5.3 Programa de integridade

confirmados os casos qualificados como procedentes após a finalização do trâmite de apuração detalhado no Código de Ética e Conduta da Companhia, conforme descrito no item 5.3.b.iv deste Formulário de Referência.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas: informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não aplicável. Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamentos de riscos adotada.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No último exercício social, a Companhia concluiu, conforme descrito no item 1.12 deste Formulário de Referência, em 11 de fevereiro de 2022, a combinação dos negócios com o Grupo NotreDame Intermédica (NDI). Desde então, a Companhia tem procedido à revisão de seus controles internos e procedimentos de compliance e gerenciamento de riscos, de modo a promover o alinhamento de sinergias entre as companhias e a padronização de processos internos. Em consequência desse processo de consolidação, é possível que, até a efetiva conclusão da revisão e padronização de normativos e práticas internas, os procedimentos e controles descritos no item 5 deste Formulário de Referência sejam adotadas de forma heterogênea entre os segmentos anteriormente divididos entre a Companhia e o NDI, sendo o referido item focado em apresentar a estrutura organizacional prevalente na Hapvida.

Contudo, visando a qualidade informacional, destacamos abaixo pontos relevantes que ainda permanecem heterogêneos: (i) a definição de quais tipos de fornecedores ou terceiros são diligenciados pela Gerência de Integridade e Compliance; (ii) a adoção de canais de denúncia distintos, embora a equipe responsável pelas apurações e processos de investigação já estejam devidamente combinados; (iii) os treinamentos de Integridade e Compliance aplicados em ambas as empresas ainda não são iguais e são apresentados em formatos e plataformas diferentes; e (iv) as políticas do Programa de Integridade e Compliance e Código de Conduta ainda estão em fase de revisão e unificação.

Deficiências significativas

Nos termos do art. 25, inciso II, da Resolução CVM n.º 23/2021, os auditores independentes têm um prazo de até 60 dias a contar da data do relatório de auditoria para emissão da Carta de Controles Internos (CCI), prazo este que está em curso. Até a data deste formulário de referência não há carta de recomendações específicas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 emitidas pelos auditores independentes. Não obstante, a administração da Companhia foi informada sobre a identificação de deficiências significativas descritas a seguir:

1) Deficiências técnicas na Modelagem para avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida (Ágio).

Constatação dos auditores independentes:

Ao longo da auditoria de 31 de dezembro de 2022, foram identificadas inconsistências técnicas no processo de determinação de premissas utilizadas pela administração, erros no modelo matemático e ausência de análise de sensibilidade, os quais, após corrigidos e avaliados, não geraram qualquer divergência nas demonstrações financeiras emitidas em 31 de dezembro de 2022 e nenhuma necessidade de reconhecimento de *impairment* sobre o ágio constituído foi identificada. A deficiência é importante de ser mencionada pelo montante total do ágio registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 44 bilhões. Tendo em vista a sua magnitude, e por se tratar de estimativa crítica, a não constituição de uma análise de *impairment* adequada e parametrizada pelas melhores práticas, podia ter gerado uma distorção material nas demonstrações financeiras.

Comentário da administração:

5.5 Outras informações relevantes

Os itens apontados como correção pelos auditores independentes serão devidamente implementados e para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2023. A administração da Companhia reforça que entende a relevância do tema e contará com apoio de consultoria externa na modelagem para os próximos anos. De toda forma, conforme apontado pelo auditor independente acima, **não houve qualquer divergência em relação ao tema quanto às demonstrações financeiras da Companhia, muito menos qualquer reconhecimento de necessidade de *impairment* sobre o ágio constituído.**

2) Ausência de análise aderente aos requisitos estabelecidos pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, para estimativa de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PCLD.

Comentário dos auditores independentes:

Ao longo do processo de auditoria, foi identificado que a administração da Companhia não adotava critérios consistentes com o requerido pelo IFRS 9 - Instrumentos Financeiros para determinar as premissas base para o cálculo da provisão para devedores duvidosos (PDD), tais como elementos de expectativa de perda futura, além de adotar premissas diferentes nas verticais Hapvida e NDI. A deficiência é importante de ser mencionada pelo total consolidado do contas a receber, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 1.5 bilhão (líquido da Provisão para perdas do valor recuperável) e, portanto, dada a relevância dos saldos envolvidos bem como por tratar-se de estimativa críticas a não constituição de uma análise de perda esperada adequada e parametrizada pelas melhores práticas pode gerar uma distorção material nas demonstrações financeiras.

Comentário da administração:

A administração realizou uma avaliação abrangente em 31 de dezembro de 2022 incorporando os elementos requeridos pelo IFRS 9 – Instrumentos financeiros para uma análise de perda esperada e **não foram identificadas divergências de qualquer espécie.**

Importante mencionar, ainda que a referida deficiência **não tenha gerado nenhuma divergência contábil**, que a Vice-Presidência de Finanças, uma vez unificada após a combinação de negócios entre o Grupo Hapvida e o Grupo NotreDame Intermédica, vem promovendo os melhores esforços para equalizar e harmonizar as práticas contábeis das duas verticais, especialmente no que se refere à metodologia estabelecida pelo IFRS 9, em linha com o que está sendo apontado pelos auditores independentes.

3) Valores relevantes em pendências de conciliação bancária.

Comentário dos auditores independentes:

A Companhia possui, referente à data-base de 31 de dezembro de 2022, um volume relevante de pendências de conciliação bancária, referentes tanto a recebimentos, quanto a pagamentos não identificados, os quais vêm se acumulando e que inclusive estão compostos, em parte, por lançamentos advindos de exercícios anteriores. A não regularização de entradas e saídas de fluxos de pagamento bancário poderia impactar as contas das demonstrações financeiras que dizem respeito a recebimento de clientes, pagamentos a fornecedores, impostos, folhas de pagamentos e outras. Essas pendências não geraram uma distorção material nas demonstrações financeiras. A deficiência é importante de ser

5.5 Outras informações relevantes

mencionada pela relevância do saldo da conta de caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 1.267.915 mil, bem como pela natureza da conta. A não regularização tempestiva das pendências de conciliação bancária pode gerar uma distorção material nas demonstrações financeiras.

Comentário da administração:

A administração da Companhia possui um controle detalhado da composição dessas pendências, bem como de seus ativos e passivos. Ressalta-se que essas pendências **não geraram qualquer distorção material ou relevante** sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022.

Em reforço, a administração da Companhia entende a relevância do tema e já fez o endereçamento junto à sua área financeira para um refinamento mais assertivo de suas conciliações bancárias a fim de ser concluído dentro do exercício social de 2023.

4) Necessidade de aprimoramento e centralização no processo de monitoramento de "covenants" não financeiros.

Comentário dos auditores independentes:

A Companhia possui, referente à data-base de 31 de dezembro de 2022, um volume relevante de dívidas dentre as quais existem cláusulas de restrição financeira e não financeira (*covenants*), bem como cláusulas de vencimento automático cruzado e acelerado (*cross default* e *cross acceleration*), usuais nesses tipos de instrumentos. Ao longo do processo de auditoria, foi identificado que os controles existentes têm natureza detectiva, não são consolidados e operam de maneira descentralizada. A não adoção de um controle preventivo para monitoramento dos *covenants* financeiros e não financeiros pode expor a Companhia a riscos que podem impactar de forma adversa as suas demonstrações financeiras dada a relevância dos saldos envolvidos.

Comentário da administração:

A administração da Companhia realizou os controles detectivos compensatórios após fechamento do balanço e **constatou a integral aderência aos *covenants* restritivos, sejam eles financeiros ou não financeiros, previstos nos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas**. O regime de controle e acompanhamento desses *covenants* passou a ser aderente às melhores práticas de monitoramento e acompanhamento, o qual está centralizado na Vice-Presidência de Finanças.